

O Anjo da História em Cabral do Nascimento. Parte I: Dualidades Históricas e o Tempo da Fundação, da Direção e da Demissão do Arquivo Distrital do Funchal¹

The *Angel of History* in Cabral do Nascimento. Part I: *Historical Dualities* and the Time of the Foundation, Directorship and Resignation from the District Archive of Funchal

Ana Salgueiro²

«Há um quadro de Klee intitulado *Angelus Novus* [...]. O anjo da história deve ter este aspecto. Voltou o rosto para o passado. A cadeia de factos que aparece diante dos nossos olhos é para ele uma catástrofe sem fim, que incessantemente acumula ruínas sobre

¹ O presente artigo constitui a versão revista e amplamente desenvolvida da comunicação homónima, apresentada em novembro de 2021, no *Congresso de História da Madeira – Rumos de Pesquisa, Problemáticas, Análises*, promovido pelo Centro de Estudos de História do Atlântico – Alberto Vieira (CEHA-AV). Dada a extensão do texto final escrito, optámos por dividi-lo em duas partes. A primeira, com o subtítulo «*Dualidades Históricas e o Tempo da Fundação, da Direção e da Demissão do Arquivo Distrital do Funchal*», é publicada no presente número da *Arquivo Histórico da Madeira, Nova Série*; a segunda parte será publicada numa próxima edição desta mesma revista. «*Dualidades Históricas*» é, como veremos, parte do título de um dos primeiros textos ensaísticos de Cabral do Nascimento (CN) publicado no *Diário da Madeira*, em novembro de 1914, então com apenas 17 anos, e onde aborda, justamente, problemáticas da História – J. C., 02-11-1914, «*Horas Vagas. Dualidades Históricas [...]*», p. 1.

² Doutoranda em Estudos de Cultura na Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Católica Portuguesa (UCP), mestre em Literaturas Africanas de Língua Portuguesa pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, onde se licenciou em Línguas e Literaturas Modernas – Estudos Portugueses. É investigadora integrada no Centro de Estudos de Comunicação e Cultura da UCP e investigadora colaboradora no CEHA-AV | Direção Regional do Arquivo e Biblioteca da Madeira. Os seus trabalhos, nas áreas dos Estudos Literários, de Cultura e Insulares, têm-se ocupado sobretudo dos sistemas insulares da Macaronésia Lusófona. Assume preferencialmente enquadramentos interdisciplinares e aborda questões como: o exílio e a mobilidade humana, cultural e textual; as implicações entre cultura e poder; a relação entre fenómenos culturais, imaginários e fenómenos naturais; o papel dos discursos artístico e académico nas sociedades contemporâneas. Este trabalho tem sido apresentado em reuniões científicas e eventos culturais, e publicado em livros, atas e publicações periódicas especializadas, nacionais e estrangeiras. Contacto eletrónico: ana.meb.salgueiro@madeira.gov.pt.

ruínas e lhas lança aos pés. Ele gostaria de parar para acordar os mortos e reconstruir, a partir dos seus fragmentos, aquilo que foi destruído. Mas do paraíso sopra um vendaval que se enrodilha nas suas asas [...]. Este vendaval arrasta-o imparavelmente para o futuro, a que ele volta costas, enquanto o monte de ruínas à sua frente cresce até ao céu. Aquilo a que chamamos o progresso é este vendaval.»

Walter Benjamin (2010 [1940]), «Sobre o Conceito da História», p. 14

A teoria, num texto, deve estar como a água na terra molhada: está lá, constitui-o, mas não de uma forma imediatamente perceptível³.

Resumo

Em carta datada de 13-10-1962 dirigida a João Gaspar Simões, João Cabral do Nascimento resume o seu percurso curricular, destacando, entre outros dados, o facto de ter aceitado «o cargo de director do Arquivo Distrital do Funchal, cuja criação [ele] propusera e [...] instal[ara] de alto a baixo» e de, «enquanto arquivista», se ter dedicado «*malgré moi*, a trabalhos históricos», ter editado «uma revista da especialidade» e ter sido «nomeado académico correspondente da Academia Portuguesa de História». Se destas palavras não restam dúvidas sobre a inequívoca identificação de Cabral do Nascimento como arquivista (*de facto* e *de iure*), o mesmo não se pode concluir da sua identificação com o papel de historiador. Desde logo, pelo recurso ao galicismo *malgré moi*, quando se reporta aos numerosos textos acerca de figuras e fenómenos culturais com relevo para a História da Madeira que deu à estampa, de forma dispersa, em várias publicações periódicas locais e em livro, sobretudo durante o período que acompanhou a fundação do Arquivo Distrital do Funchal (ADF) e enquanto responsável editorial pela revista *Arquivo Histórico da Madeira* (AHM).

Tomando como objeto de análise o fundo do ADF à guarda do atual Arquivo e Biblioteca da Madeira, assim como os nove volumes da AHM publicados sob sua direção entre 1931 e 1951, colocando alguma desta documentação em articulação com textos literários e não literários, onde a questão do tempo ou temáticas históricas madeirenses são abordadas por Cabral do Nascimento, procuraremos indagar sobre o sentido das reticências que se insinuam nas suas palavras, quando se refere ao seu papel como historiador. Tratar-se-ia de uma reserva sobre a qualidade do seu trabalho na área da Historiografia? Ou, um pouco na senda do pensamento de Walter Benjamin sobre a Filosofia da História (autor coevo de Cabral do Nascimento e, como ele, de ascendência judaica), o galicismo *malgré moi* antes sinaliza as reservas epistemológicas de um sujeito fascinado pelo passado, mas consciente da própria historicidade do fazer historiográfico e das fragilidades e limitações que a História apresenta(va), enquanto disciplina e discurso científico que quer resgatar o passado para o presente?

³ Paráfrase de palavras de Jacinto do Prado Coelho, partilhadas por Alberto Carvalho num seminário de Mestrado na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (citado de memória).

Palavras-chave: Teoria da História; Cabral do Nascimento; Anjo da História; Arquivo; Ruínas; História da Madeira; Arquivo Distrital do Funchal.

Abstract

In a letter dated 13 October 1962 and addressed to João Gaspar Simões, João Cabral do Nascimento outlines his own curricular pathway. There, he highlights both the facts of having accepted «the director function at the District Archive of Funchal, whose establishment he himself had proposed [...] and set up from head to toe», and of having been dedicated, «whereas archivist» and «*malgré moi*», to historiographical works, as well as having published «a specialized journal» and having been «appointed Corresponding Member of the Portuguese Academia of History». With these words, Cabral do Nascimento unambiguously identifies himself (*de facto e de iure*) as an archivist. The same cannot be said about his own identification as an historian. Starting forthwith because he employs the Gallicism *malgré moi*, when he refers to the numerous texts on both Madeiran historical figures and cultural phenomena that he dispersedly published in periodicals and in books, mainly in the period when he was following the District Archive of Funchal (DAF) foundation and was the director of the journal *Historical Archive of Madeira* (HAM). We selected as our *foci* of analysis the DAF documental fund preserved at the Archive and Library of Madeira, as well as the nine volumes of HAM, directed by Cabral do Nascimento between 1931 and 1951. Our aim is to confront some of these documents with other literary and non-literary texts signed by Nascimento and thematically related to the experience of time and Madeiran historical issues. By doing so, we will be looking for a possible meaning to the reservations we have read in his words when he refers to his historical work. Could they be read as a sign of his doubts about the quality and relevance of his own historiographical work? Or could they be read, in line with Walter Benjamin's Philosophy of History (a contemporary author of Cabral do Nascimento and, like himself, an intellectual of Jewish ascendance), as an echo of the epistemological questions and doubts of a human subject fascinated with the past, but also very aware of both the historicity of the Historiography, and the fragilities and limitations of History, as a discipline and a scientific discourse trying to recover the past to the present.

Keywords: Theory of History; Cabral do Nascimento; Angel of History; Archive; Ruins; History of Madeira; District Archive of Funchal.

Cartas de um Homem sem História ou Pistas para uma Teoria da História em João Cabral do Nascimento

Em carta datada de 13-10-1962, dirigida a João Gaspar Simões e hoje conservada no Arquivo de Cultura Portuguesa Contemporânea da Biblioteca Nacional de Portugal, João Cabral do Nascimento (Funchal, 1897 – Lisboa, 1978) resume o seu percurso biográfico e curricular, de forma algo inusitada e que aqui interessa observar:

«Aos dados biográficos que já conhece – **dum homem que não tem história**, apesar da sua vida já longa [...]. Sabe que nasci no Funchal, em 1897, que estudei no liceu daquela cidade e me inscrevi, **em 1915, na Faculdade de Direito de Lisboa**. Aqui me **relacionei com alguns poetas e artistas de Orfeu** e publiquei o primeiro folheto de versos. Suspendi os estudos durante **a guerra** – os submarinos alemães corriam nossos mares – e continuei-os **em Coimbra, de 1919 a 1922**, data da formatura. Em Coimbra **fundei, com outros, a revista literária Ícaro**, colaborada por Teixeira de Pascoais, Eugénio de Castro, António de Sousa...

Advoguei uns três anos, depois fui professor do Ensino Técnico Profissional [...]. Desse lugar pedi posteriormente licença ilimitada para aceitar **o cargo de director do Arquivo Distrital do Funchal, cuja criação eu propusera e que instalei de alto a baixo**. Mais tarde regressei ao Ensino Técnico [...] e hoje **estou aposentado** de Professor da Escola Ferreira Borges (**antes do limite de idade, é claro...**). **Enquanto arquivista dediquei-me, malgré moi, a trabalhos históricos, publiquei uma revista da especialidade e fui nomeado académico correspondente da Academia Portuguesa de História [...]. Ultimamente** tenho estado **em Angola**, onde vivem pessoas de família e **onde gostaria de residir se não fosse esta incerteza que sabemos**»⁴.

Nas palavras acima citadas, sublinhamos (a negrito) algumas notas bio-curriculares que de seguida comentaremos e nas quais, pese embora a sua aparente singeleza, podemos ler pistas para a compreensão do que consideramos ser uma (a sua) Teoria da História. Entre estas, destacamos: a afirmação de que Cabral do Nascimento, em 1962 (quando, já aposentado «antes do limite de idade, é claro...», completara 65 anos), era um «homem que não t[inha] história»; e a ressalva «*malgré moi*», quando se reporta ao seu trabalho historiográfico, recorrendo a esse galicismo, onde podemos ler a insinuação de algumas reservas quanto à (sua) Historiografia.

Comecemos por analisar a primeira afirmação. Se, por um lado, ela parece sinalizar a habitual discrição de Nascimento, quando atuou na cena cultural portuguesa (sobretudo a partir da década de 1940, quando, deixando uma vez mais o Funchal, se fixou mais demoradamente em Lisboa), por outro lado, nela podemos ler a ironia que frequentemente aflora no seu discurso, não raras vezes matizada por um sarcasmo auto-irónico e magoado, como aqui parece acontecer. O que seria um *homem sem história* para João Cabral do Nascimento, em 1962, e em que medida a sua história de vida justificaria, então, esse epíteto? Para além desta interrogação,

⁴ Carta de CN para João Gaspar Simões (Lisboa, 13-10-1962), Espólio de J. G. S, Biblioteca Nacional de Portugal (BNP), Arquivo de Cultura Portuguesa Contemporânea (ACPC), E16. Destaques a negrito são nossos.

outras se levantam, a partir desta sua afirmação: poderá Nascimento estar aqui a apontar algumas reservas (também legíveis no insinuativo «*malgré moi*») em relação ao que, naquele tempo, vulgarmente se entendia/fazia como História em Portugal e na Madeira? Ao considerar-se um *homem que não tinha história*, Cabral do Nascimento teria em mente o modelo da figura heróica que tanto agradava à Historiografia glorificadora do Estado Novo? Um modelo de herói e de narrativa do passado que, de resto e desde muito cedo, não parece ter interessado ao autor de *Além-Mar. Poemeto épico que fez Joam Cabral do Nascimento para narrar a historia tormentosa das Caravelas que aportaram á Ilha do Senhor Infante na madrugada do seculo XV* (1917), narrativa cujo género (epicamente diminuído, pela classificação poemeto) indicia o carácter menos luminoso que a viagem quatrocentista aí narrada (a de Zarco até à Madeira?) parece apresentar⁵.

Antes de avançarmos com tentativas de respostas, cruzemos estas considerações de Nascimento com outras enviadas, também por carta mas, mais tarde, poucos meses antes da sua morte, a Luís Amaro, seu assíduo correspondente quer na Portugália Editora (onde Nascimento publicou grande parte da sua obra tradutória), quer na Fundação Calouste Gulbenkian, onde Amaro era Secretário de Redação da revista *Colóquio/Letras*. Em junho de 1977, Nascimento, dirigindo-se a este seu amigo, escrevia: «aceito todos os pareceres das pessoas que considero idóneas, e, por mim, não faço qualquer reclame ou propaganda – deixo aos outros o encargo [...] de fazer a sua crítica. Se se calarem, também não me melindro. **O tempo fará o resto, e o futuro dirá de sua justiça, quando eu já não for deste mundo**»⁶.

Embora podendo ser lidas, uma vez mais, como simples manifestação de humildade autoral, estas palavras, colocadas em diálogo com a nota curricular de 1962 e, sobretudo, com o modo como Nascimento pensou e se entregou à edificação quer da revista *Arquivo Histórico da Madeira* (AHM), quer do Arquivo Distrital do Funchal (ADF), ganham novos sentidos.

Comentando, nesta passagem, a subjetividade e a inconstância que, em seu entender, caracterizavam qualquer tipo de avaliação sobre a obra produzida por

⁵ Sobre a nossa leitura da versão de 1917 de *Além-Mar*, ver: SALGUEIRO, 2015, «Uma ilha *Além-Mar* ou a nostalgia do Paraíso Perdido em Cabral do Nascimento».

⁶ Carta de CN a Luís Amaro, datada de junho de 1977, hoje à guarda da BNP – BNP, ACPC, Esp. N5, negrito nosso.

alguém no seu próprio tempo (o que não invalidava que ele próprio desse maior relevância aos «pareceres das pessoas que consider[ava] idóneas»), Cabral do Nascimento projetava para o futuro («quando eu já não for deste mundo», ou seja, para o tempo da escrita da História), a possibilidade de um *juízo final* terreno, em que a obra humana (neste caso, a sua) pudesse talvez ser avaliada com maior rigor e justiça. Não deixa, porém, de manifestar alguma hesitação sobre «os pareceres das pessoas» que determinam o que é ou não é *um homem com história*, isto é, as pessoas que definem, num determinado contexto (pessoal, ideológico e histórico), o valor (nem sempre consensual) da obra realizada por alguém. Uma hesitação que, do ponto de vista teórico-conceptual (como veremos na Parte II do presente trabalho), faz eco das múltiplas crises que marcaram os modernismos do início do século XX, em que Nascimento participou e sobre os quais produziu interessante reflexão crítica (crise epistemológica, crise identitária e do sujeito, crise representacional e referencial da linguagem, etc.); mas que, como aqui procuraremos demonstrar, não terá sido igualmente alheia à sua experiência pessoal como ativo agente cultural na Madeira e no continente, e sobretudo como fundador e diretor quer da revista AHM, quer do ADF.

Tivemos já a oportunidade de demonstrar que, apesar da sua atitude muitas vezes discreta, Cabral do Nascimento foi uma figura extremamente dinâmica e relevante na vida cultural nacional e insular, desde a década de 1910, tendo acompanhado, com espírito crítico e originalidade, alguns dos principais debates estético-literários e político-ideológicos da primeira metade do século XX⁷. Razão para nos perguntarmos se tudo isto, em 1962, faria dele (ou não) um *homem que não tinha história*, ou seja, um homem cuja obra não tinha sido relevante para o seu tempo, porque não tinha marcado nem acompanhado ativamente as transformações que a passagem dos dias sempre implica.

Julgamos que assim não foi e que essa sua (sarcástica) autodefinição antes deve ser lida num sentido distinto: o de um agente cultural extremamente empenhado e (auto)crítico ao longo da vida, mas cuja experiência lhe tinha dado uma aguda consciência de que nem sempre o voluntarismo e a qualidade dos que se entregavam a projetos com relevância cultural e política mereciam um efetivo reconhecimento da parte de quem tinha o poder quer para deixar acontecer e apoiar

⁷ Sobre a heterogeneidade e relevância da obra de CN na história da cultura madeirense e portuguesa do século XX, ver: SALGUEIRO, 2020, «Nascimento, João Cabral».

o que, de facto, era importante, quer para legitimar, para memória futura, as obras (e os seus autores) que, mais tarde, deveriam ser consideradas *marcos históricos*. No seu caso (como veremos de seguida), o não efetivo reconhecimento do mérito do seu trabalho (na Madeira, materializado nos muitos obstáculos que foram criados ao desenvolvimento da sua ação como diretor do ADF) não decorria de este ser devedor de qualidade ou relevância; decorria antes de os critérios definidos para essa avaliação, nem sempre justos e honestos, serem muitas vezes determinados por interesses pessoais e corporativos instalados, em relação aos quais Nascimento não aceitou ser conivente.

Para atestarmos a efetiva relevância da sua obra que, porém, na década de 1960, parecia não ser devidamente reconhecida pelas autoridades, nem na Madeira, nem a nível nacional, acompanhemos um pouco do que foi, até então, o seu percurso biográfico e curricular.

O Lugar da Intervenção Cultural e Político-Ideológica no Pensamento Orgânico e Crítico de Cabral do Nascimento

No que aos sistemas literários e culturais diz respeito, lembremos, por exemplo, a participação de João Cabral do Nascimento nas discussões em torno dos modernismos e vanguardas dos anos 1910-1920 (facto a que regressaremos na Parte II deste artigo e que o próprio autor destaca na nota enviada a João Gaspar Simões); ou, já na década de 1940 (e em colaboração com uma mais nova geração literária portuguesa, que incluía, por exemplo, Jorge de Sena, Tomás Kim, José Blanc de Portugal ou Ruy Cinatti), na criação do projeto *Cadernos de Poesia*⁸.

Ainda no domínio literário e cultural, refiramos a volumosa obra tradutória de Cabral do Nascimento, cujo valor decorre, sobretudo, de, entre as décadas de 1940 e 1970, «[c]om a sua assinatura ou sob o pseudónimo Mário Gonçalves», ter contribuído «para a introdução no sistema cultural português de pelo menos 114 autores e mais de 120 textos, pertencentes a cerca de 11 sistemas literários nacionais distintos», destacando-se, aqui, «autores de língua inglesa, provindos maioritariamente

⁸ No que diz respeito ao contributo de CN para os sistemas literários português e madeirense, ver: SALGUEIRO, 2022, «João Cabral do Nascimento: um Autor Contemporâneo [...]», pp. 254-310; SALGUEIRO, 2022, «*Fábulas* de Cabral do Nascimento[...]», pp. 100-131; SALGUEIRO, 2015, «Uma ilha *Além-Mar* ou a nostalgia do Paraíso Perdido[...]»; SALGUEIRO, 2015, «Estranho para um Outro-eu [...]».

dos sistemas literários britânico e norte-americano», cujas novidades editoriais Nascimento fazia questão de acompanhar⁹.

Este foi um período em que, apesar do isolamento pretendido pelo Estado Novo, Portugal experienciava várias mudanças culturais, entre as quais a gradual passagem da esfera de influência francesa para a anglófona, em grande medida potenciada pela crescente hegemonia da exibição cinematográfica de Hollywood e pela novidade da publicação, em livro e em formato integral, de traduções de obras que tinham o inglês como língua de partida. Sendo um dos mais prolíficos tradutores portugueses do seu tempo, reconhecido como especialista em tradução de autores anglófonos, o contributo de Cabral do Nascimento foi de extrema relevância para essa transformação cultural no país. Noutro sentido, pelo cosmopolitismo e pela modernidade que caracterizaram a sua atividade tradutória¹⁰, esta (a par com as de outros escritores coevos que foram também tradutores de textos contemporâneos e anglófonos para português – por exemplo Jorge de Sena ou José Rodrigues Miguéis) foi determinante para a emergência no sistema cultural português de uma *biblioteca traduzida* que se distanciava claramente da *biblioteca* desejada pelo Estado Novo, defensor de uma política e uma cultura nacionalistas reacionárias, orientadas por um espírito passadista e pela máxima *orgulhosamente sós*.

Ousando traduzir inclusivamente o que seriam «potenciais alvos da Censura», ora por os autores em causa «se identificarem com posicionamentos ideológicos e/ou morais considerados reprováveis pelo Estado Novo» (por exemplo Máximo Gorki ou Oscar Wilde), ora porque «a substância temática das obras em questão era passível

⁹ SALGUEIRO RODRIGUES, 2009, «Cabral do Nascimento tradutor [...]», pp. 178-179. Com data de 10-02-1954, existe no espólio de Luís Amaro uma carta remetida por CN, onde, a respeito de uma polémica entretanto surgida acerca da sua tradução do livro de Fiódor Dostoiévski de 1859, editada pela Portugália em 1943 com o título *A Granja de Stepanchikovo*, dá conta da sua *oficina de tradutor*, mostrando como acompanhava as novidades editoriais e literárias internacionais, nomeadamente as estado-unidenses: «Eu já tinha visto esse eco na “Gazeta Literária” [a polémica], mas não lhe havia ligado importância. Em todo o caso, a afirmação contida na cinta e no prospecto da “Portugália” não é leviandade, pois na altura da tradução lemos isso em qualquer parte. Todavia não consigo lembrar-me onde foi. A versão inglesa não diz nada sobre o assunto, mas, como é da Modern Library, americana, talvez venha nalgum dos seus catálogos. O que de pronto se pode responder é que as próprias edições russas, durante o tempo do Império, estavam censuradas, e que só agora, pelos manuscritos do Arquivo Central dos Sovietes, apareceram os textos completos. Pela mesma razão, as traduções francesas, inglesas, etc., não eram integrais, e, como as portuguesas haviam sido feitas daquelas, logicamente se deduz que estavam cortadas» – BNP, ACPC, Esp. N5.

¹⁰ Grande parte das obras traduzidas por CN era de autores contemporâneos, recentemente premiados nos seus países de origem ou a nível internacional.

de ferir a susceptibilidade daqueles que pretendiam uma sociedade orientada pelos ideais de *Deus, Pátria e Família*» (por exemplo *Madame Bovary*)¹¹, a *biblioteca traduzida* por Cabral do Nascimento foi um importante instrumento que, em pleno Estado Novo, se desenvolveu contra o silêncio e o isolamento culturais e intelectuais impostos pelo regime. Uma ousadia que inclusivamente lhe valeu, como demonstrou Vanessa Castagna, alguns processos de censura, os quais (suspeitamos) não terão sido alheios nem à reforma antecipada de Cabral do Nascimento, nem ao desejo de se afastar da metrópole. Dados biográficos que o intelectual madeirense não deixa precisamente de sublinhar na nota enviada a Gaspar Simões, em 1962¹².

No que diz respeito às dimensões político-ideológicas (que Cabral do Nascimento, com o seu pensamento orgânico, não dissociava das culturais e estéticas), notemos, antes de mais, a sua empenhada reflexão teórico-crítica sobre os regimes

¹¹ SALGUEIRO RODRIGUES, 2009, «Cabral do Nascimento tradutor [...]», pp. 179-184.

¹² Vanessa Castagna tem-se dedicado ao estudo continuado da tradução de CN, demonstrando que, na década de 1950, várias obras traduzidas pelo madeirense e publicadas pela Editorial Minerva (editora particularmente vigiada pelo regime) foram proibidas pela censura. Entre outras, em 1953, a tradução de *Madame Bovary*, atribuída a Mário Gonçalves (um dos pseudónimos com que CN assinou traduções potencialmente incómodas para o regime); em 1955, a tradução de *Le lettere da Capri* de Mario Soldati, assinada por CN e Inácia Dias Fiorillo, arrojadamente publicada com o título *Carne Viva* e com um prefácio de Antonio Fiorillo, «alusivo a bocaccianas licenciosidades» presentes na narrativa – CASTAGNA, 2013, «Tradução e Censura [...]», p. 83. Em entrevista a Castagna, Inácia Dias Fiorillo afirmou que os tradutores de *Carne Viva* (ela própria e CN) foram ameaçados pela Censura, porque os inspectores classificaram a obra por eles traduzida como potencialmente pornográfica – CASTAGNA, 2009, *Voz de muitas vozes*, p. 129. Estes dados relativos à atividade tradutória de CN na década de 1950, associados à dupla afirmação de que, em 1962, CN desejava manter-se em Angola, distante da metrópole e da Madeira, tendo-se aposentado recentemente, antes do limite de idade previsto, levaram-nos a concluir que este duplo afastamento (do ensino e das coisas do Estado, assim como das cidades a que sempre estivera ligado – Funchal e Lisboa) não seria alheio aos processos de censura a que recentemente fora sujeito, nem às atribuições que, no Funchal, o levaram a demitir-se do cargo vitalício de diretor do ADF em 1954 – SALGUEIRO RODRIGUES, 2009, «Cabral do Nascimento tradutor [...]», pp. 180-181. No continente, a censura constituía uma forma de o regime obstaculizar o trabalho cultural que CN considerava ser necessário promover no país; na Madeira, embora de forma um pouco mais dissimulada, CN também sentira idênticas pressões, da parte de vários poderes dominantes (a Igreja, o poder económico e certas facções do poder político insular), desde que, em 1931-1932, assumiu a direção do ADF. Num pequeno bilhete para Luís Amaro, datado de janeiro de 1953 e redigido a lápis por CN (ironicamente no verso de um convite do Secretariado Nacional da Informação, Cultura Popular e Turismo, para uma exposição de escultura e pintura, promovida por esse órgão de vigilância do Estado), a consciência do risco da censura a que os intelectuais da altura estavam sujeitos é claramente exposta por CN: «Caro Luís Amaro, [/] Obrigado pela Árvore e felicitações pelos seus versos. Já li o primeiro artigo e achei-o 100% comunista. Realmente, é melhor não pôr o n.º à venda ...» – BNP, ACPC, Esp. N5. *A Árvore: Folhas de Poesia* foi uma publicação orientada para a divulgação e crítica de poesia de qualidade, sem filiações estético-doutrinárias; nasceu em Lisboa em 1951 e viria a ser apreendida pela PIDE no dia 17 de abril de 1953, precisamente por o regime considerar que a publicação divulgava poetas com posicionamentos estéticos e ideológicos a banir do sistema cultural português, fosse por neles haver uma clara divergência em relação à ideologia do Estado Novo, fosse pela irreverência formal dos textos e/ou dos comportamentos sociais dos seus autores.

monárquicos e republicanos, sobre os totalitarismos fascistas e comunistas¹³ ou a respeito do Integralismo e do Regionalismo, assumindo quase sempre posicionamentos desalinhados com aquelas que eram as concepções e práticas dominantes nestas diversas áreas políticas. E se é certo que muitas vezes reconheceu que, em política, mais lhe interessava a reflexão teórico-crítica do que a ação partidária *tout court*, nem por isso recusou a atividade político-partidária efetiva, pelo menos em dois momentos.

Em 1922, ainda em Coimbra (onde então completava o curso de Direito), militou (e desempenhou o cargo de secretário) no Nacionalismo Integral monárquico, cujo órgão difusor foi o semanário *Restauração* (fundado pelo madeirense Luiz Vieira de Castro em 1921, por algum tempo subdirigido pelo próprio Cabral do Nascimento e amplamente colaborado por outros insulares), defendendo o entendimento das diversas facções monárquicas em benefício da causa comum e do que, então, considerava ser o melhor para o país. O Nacionalismo Integral apresentava-se como um movimento de jovens dissidentes do Integralismo Lusitano liderado por António Sardinha, com uma forte adesão de estudantes madeirenses, mas do qual Cabral do Nascimento logo se afastaria, por quanto a ação partidária lhe revelara dos vícios e do caráter insanável dos conflitos existentes entre monárquicos¹⁴.

Por outro lado, entre os últimos meses de 1924 e meados de 1925, num período em que a instabilidade governativa na República e no arquipélago ganhava contornos caóticos de ingovernabilidade, Cabral do Nascimento aceitou o cargo de Delegado do Governo no concelho do Funchal, quando o madeirense republicano Alfredo Rodrigues Gaspar era presidente do ministério¹⁵ e após nomeação pelo Governador Civil José Varela, validada por «voto unanime da Comissão Municipal do P. R. P.»

¹³ Foram vários os textos publicados por CN entre 1923 e 1925 sobre os vários totalitarismos então emergentes. Entre outros: CABRAL, 15-09-1923, «O Sr. Mussolini e a propriedade familiar», p. 1; CABRAL, 22-09-1923, «O Bolchevismo e o Fascismo», p. 1; CABRAL, 22-12-1923, «À procura dum ditador», p. 1; CABRAL, 30-04-1925, «Ditadura do Proletariado», p. 1; e CABRAL, 06-05-1925, «Ditadura do Proletariado», p. 1.

¹⁴ Sobre o heterodoxo pensamento político de CN, nomeadamente no respeitante ao Nacionalismo Integral, ver: RODRIGUES, 2015, «Cabral do Nascimento - aspectos [...]», pp. 42-72. No semanário *Restauração*, CN publicou, sob a forma de folhetins, várias narrativas *policiárias* (designação à época utilizada por Fernando Pessoa, que também praticou este género), de forte pendor satírico, em que os vícios e superficialidades da aristocracia e dos monárquicos não raras vezes são denunciados – SALGUEIRO, 2015, «Cabral do Nascimento, ficcionista policial [...]», s.p.

¹⁵ Alfredo Rodrigues Gaspar presidiu ao ministério entre 06-07-1924 e 22-11-1924, cujo governo cairia na sequência do chumbo de uma moção de confiança, que alguns deputados do PRP não apoiaram – Anónimo, s.d., «Governo de Alfredo Rodrigues Gaspar», s.p.

(Partido Republicano Português, PRP)¹⁶. Neste mesmo período, em claro antagonismo com a sua anterior filiação no Nacionalismo Integral, fez parte do Centro Republicano Português Afonso Costa do Funchal, onde desempenhou funções de «relator» no Conselho Fiscal¹⁷.

Tanto a ação do futuro diretor do ADF como Delegado do Governo entre 1924 e 1925 (ano em que, talvez não por acaso, a Junta Geral do Distrito Autónomo do Funchal decidiu criar a revista *Arquivo da Madeira*, projeto editorial que, como veremos adiante, só em 1931 se materializaria com o novo título *Arquivo Histórico da Madeira*, sob a chancela da Câmara Municipal do Funchal e pela mão de, entre outros, Cabral do Nascimento), quanto a efetiva adesão do antigo monárquico aos valores do PRP estão ainda por estudar¹⁸. Porém, à semelhança do que acontecera com a sua militância no Nacionalismo Integral, também a atividade partidária e política de Nascimento no seio do PRP foi efémera¹⁹, trazendo-lhe a ele e ao próprio

¹⁶ «Delegado do govêrno. Tomou ontem posse deste cargo o Sr. Dr. João Cabral do Nascimento», 03-10-1924, p. 1. Segundo esta notícia, CN tomara posse como Delegado do Governo a 02-10-1924.

¹⁷ A 24-01-1925, sob «a presidencia do sr. major Vasco Crispiniano Silva, reuniu [...], na sua séde, a assembleia geral do Centro Republicado Português “Dr. Afonso Costa”, afim de resolver sobre os assuntos constantes do aviso convocatorio», discutir e elaborar a «definitiva redacção das bases dos estatutos» e eleger os «corpos gerentes [...] durante o novo ano», tendo CN integrado o «Concelho Fiscal», como «Relator», ao lado do «Presidente – Dr. Gastão Figueira» e do «Secretario – Manuel Coito» – «Centro Republicano Português “Dr. Afonso Costa”», 28-01-1925, p. 2.

¹⁸ No *Diário de Notícias* (DN) de 05-02-1924, e em resposta à provocação de Luiz Vieira de Castro (LVC) que dias antes, no *Jornal da Madeira* (JM), pusera em causa a honestidade ideológica de CN na aproximação aos republicanos, o futuro Delegado do Governo no Funchal afirma: «Sem traír os seus princípios políticos, qualquer cidadão português *acata as leis* da república, até mesmo o sr. D. Manuel II... Outra não é a opinião do Prof. [João Maria Telo de] Magalhães Colaço. E, sendo eu advogado, mal dos meus clientes se assim não sucedesse! Tal atestado [de *fidelidade às instituições republicanas*, que LVC afirmava ter sido assinado por CN], pois, de nenhuma maneira representa fidelidade ou adesão às instituições actuais, como insidiosamente pretende o sr. Luiz Vieira de Castro», acrescentando, depois, diversos factos que, contraditando outras acusações feitas pelo diretor do JM, procuravam testemunhar a sua «independência» intelectual e ideológica – NASCIMENTO, 05-02-1924, «Resposta á Letra», p. 1. Em que medida este ideal de independência ideológica e crítica terá ou não permanecido em CN, durante os meses em que colaborou com o PRP, é pergunta cuja resposta só se alcançará com um estudo exaustivo do sistema político madeirense na década de 1920, ainda por fazer.

¹⁹ A 22-12-1924, António Rodrigues Leitão toma posse como novo «governador civil substituto», quando um «novo ministerio» surgia no país, dele fazendo parte o «talentoso madeirense sr. dr. Pestana Junior» – «Novo Governador Civil do Funchal. A posse do sr. António Rodrigues Leitão», 23-12-1924, p. 1. A 15-06-1925, um novo governo da República nomeava Valentim Pires como «governador civil substituto do distrito do Funchal» que, no dia seguinte, exonerava «todos os delegados do govêrno nos concelhos rurais» – «Governador Civil Dr. Valentim Pires», 17-06-1925, p. 1 e «Exonerações de delegados do govêrno», 17-06-1925, p. 1. Certamente não alheia a toda esta instabilidade governativa, à solidariedade para com os seus pares dos municípios rurais e a todas as convulsões que se viviam no país, na Madeira e também dentro do PRP, CN, nesse mesmo dia (16-06-1925), requer «a sua exoneração do cargo de delegado do Governo» – «Delegado do Governo no concelho do Funchal», 17-06-1925, p. 1. A 18-06-1925, o DN informa que o pedido de demissão apresentado por CN ao novo governador não fora por este aceite – «Delegado do govêrno. Dr. João Cabral do Nascimento», 18-06-1925, p. 1. Contudo, o mesmo DN, no dia 25-06-1925, noticiava que, no dia anterior, Francisco

partido vários dissabores, cujas repercussões, no caso de Nascimento, se haviam de repercutir até à década seguinte, com forte impacto tanto na direção do ADF, como no desenvolvimento do seu trabalho arquivístico e historiográfico.

Na verdade, como veremos adiante, a animosidade que, nos anos 1930, alguns dos mais notáveis clérigos madeirenses e apoiantes da Igreja manifestaram contra Nascimento e o ADF (destacando-se, entre estes, António Homem de Gouveia, cónego da Sé do Funchal, que contra o diretor do arquivo manteve uma acesa disputa nos jornais funchalenses, em 1934²⁰) parece ainda fazer eco da antipatia causada pela aproximação do ex-monárquico ao PRP em 1924-1925. Uma colaboração certamente não esquecida pelo poder eclesiástico local que, dez anos decorridos, via agora, na implementação, pelo ADF, das políticas republicanas exigidas por lei ao seu diretor (nomeadamente, a que exigia a transferência dos registos paroquiais da Madeira para este arquivo do Estado²¹), a confirmação de uma cumplicidade

Correia Caldas tomara posse como novo Delegado do Governo no município, substituindo CN. Agradecemos a Paulo Miguel Rodrigues, a colaboração na identificação precisa das fontes onde se encontravam alguns destes dados sobre a ligação de CN ao PRP, em 1924-1925.

²⁰ Esta polémica foi gerada a partir de um artigo de CN, publicado no DN a 06-06-1934, em que o diretor do ADF, com base em documentação recentemente encontrada e divulgada na AHM, corrigia a identificação de uma pedra tumular exposta no Museu Regional, instituição que ocupava parte do Palácio de São Pedro, edifício que também acolhia o ADF e a Biblioteca Municipal que, então, CN procurava fundir. A tradição popular atribuía essa lápide, retirada da igreja da Madalena do Mar, a Henrique Alemão, figura lendária do século XV madeirense. O cónego Homem de Gouveia (também funcionário do museu), melindrado com a correção, vem então a público sustentar a versão lendária contra a que CN agora defendia, aproveitando a oportunidade para acusar a República, o ADF e o seu diretor de atentado contra o património da Igreja, nomeadamente no que dizia respeito aos registos paroquiais, a obras de arte existentes nas igrejas do arquipélago (e que se pretendia transferir para o museu), e também em relação ao saber de que a Igreja fora, durante séculos, a principal detentora e/ou legitimadora. Entre outros textos que integram esta polémica, ver: J.C.D.N, 06-06-1934, «Não é de Henrique Alemão a lage tumular exposta, como tal, no átrio do Palácio de São Pedro», p. 1; e HOMEM, 15-06-1934, «A pedra tumular de Henrique Alemão», p. 1.

²¹ Na Madeira, a recusa da Igreja transferir os registos paroquiais para a tutela do Estado já fora anteriormente verbalizada, por exemplo, a 30-01-1924, nas páginas do JM, num artigo não assinado (mas muito provavelmente escrito por LVC, editor do jornal) e com o esclarecedor título «Não Concordamos. Registos Paroquiais Devem Permanecer nas Paroquias. É a resposta a dar ao ofício dirigido ao sr. governador civil do Funchal». Dando conta de que «O sr. dr. Julio Dantas, inspector das Bibliotecas e Arquivos, chamou a atenção do sr. ministro do Interior para a necessidade que ha de intensificar os serviços de incorporação, nos Arquivos do Estado, de todas as coleções documentais dispersas pelo paiz, e especialmente a dos livros de registo paroquial, anteriores aos ultimos cem anos», solicitando «igualmente que se pedisse aos governadores civis de diversos distritos, incluindo o do Funchal, que perante as comissões executivas dos municipios das sédes dos distritos, demonstrassem a vantagem, da criação dos respectivos arquivos que, creados pelo Estado, subvencionados pelas corporações administrativas e subordinados tecnicamente á Inspeção, recolhessem todas as riquezas documentais respectivas a cada distrito», o autor do artigo do JM opunha-se a essa medida republicana, alegando a ilegitimidade da apropriação de património da Igreja e das populações locais, o aumento injustificado de despesas decorrente da centralização dessa documentação nos arquivos do Estado, e a (em seu entender) zelosa conservação dos registos pelos párocos. A demora na fundação do ADF terá adiado para a década seguinte, na Madeira, o conflito entre a Igreja e o Estado, já latente em 1924,

que ameaçava o poder da Igreja e a sua influência sociocultural e política no arquipélago.

Logo em 1924, a colaboração de Nascimento com o PRP suscitou, como seria de esperar, violentas críticas de alguns dos seus antigos companheiros monárquicos do Nacionalismo Integral, acusando-o de traição e falta de honestidade político-ideológica. Entre estes, destacou-se Luiz Vieira de Castro, que nas páginas do *Jornal da Madeira* (periódico regionalista e monárquico, com forte ligação à Igreja, por si fundado em 1923) se baterá contra ideias defendidas por Nascimento no (republicano) *Diário de Notícias*, sem esconder a aversão que lhe causava a atual aproximação do seu ex-correligionário ao PRP.

A título de exemplo, recuperemos a polémica desencadeada pelo artigo de opinião «Nota á Margem», que, a 26-01-1924, Nascimento publicou no *Diário de Notícias*, criticando e desmontando a tese recentemente defendida por António Sardinha (e também partilhada por regionalistas insulares) de que os Açores e a Madeira seriam um reduto das mais íntegras tradições portuguesas, onde a suposta essência da portugalidade ainda se conservaria. Contrariando esta tese e encontrando argumentos na história passada da Madeira e em exemplos do presente, Cabral do Nascimento defendia que, bem pelo contrário, o resgate dessa origem pristina da portugalidade (isto é, o resgate de um passado primordial, tarefa que não podemos deixar de aproximar daquela que, afinal, é a do historiador) era inviável na Madeira, por se tratar de um território que, desde o povoamento inicial até à crescente hegemonia da indústria turística no século XX, sempre estivera sujeito a um processo de «desnacionalização», decorrente do contacto com diferentes povos, suas línguas e culturas, cujas marcas (ainda que fragmentárias ou adulteradas/aclimatadas) iam sendo paulatinamente integradas na cultura e nos hábitos madeirenses²².

Acusando o incómodo causado por este artigo assinado por um antigo colaborador do *Restauração*, mas que agora criticava um dos mais conceituados teóricos do Integralismo e desmontava uma das bases teóricas do próprio Regionalismo, Luiz Vieira de Castro replica, logo no dia seguinte. Serve-se das páginas do *Jornal da Madeira*, dando azo a uma acesa discussão com Nascimento, em que o espaço de embate se estendeu aos dois jornais aqui referidos. A polémica, centrando-se em várias questões relativamente às quais os dois intelectuais não estavam manifestamente de acordo (o perfil da identidade cultural madeirense, a legislação

pela guarda e conservação dos registos paroquiais – «Não Concordamos. Registos Paroquiais Devem Permanecer nas Paroquias [...]», 30-01-1924, p. 1.

²² CABRAL, 26-01-1924, «Nota á Margem», p. 1.

do jogo, a importância do turismo para a Madeira, etc.), foi particularmente aguerida na acusação de traição (por parte de Vieira de Castro a Nascimento) e na autodefesa (por parte deste último) da legitimidade e da coerência identificáveis na sua recente aproximação aos republicanos²³.

À crítica oriunda das hostes monárquicas insulares, juntar-se-ia, ao longo de 1925, a de certos setores extremistas do PRP que, na Madeira e no continente, viram com desconfiança e até repulsa, a aceitação de independentes com vínculos monárquicos (mais passados ou mais atuais) em órgãos dirigidos pelo PRP. Situação em que Nascimento, de facto, se encontrava e cuja polémica, ganhando maior intensidade nos meses de junho e julho de 1925, quer a nível nacional, quer a nível regional, terá contribuído, certamente, para a sua demissão do cargo de Delegado do Governo, apresentada pelo ex-monárquico a 16-06-1925, ao recém nomeado Governador Civil do Funchal.

A título meramente ilustrativo, leia-se a entrevista concedida por Pestana Júnior ao *Diário de Lisboa* e que, na Madeira, o *Diário de Notícias* transcreveu a 18-06-1925, significativamente na mesma página em que informava os seus leitores de que o novo Governador Civil do distrito não aceitara a demissão apresentada por Cabral do Nascimento dias antes. Tomando por título uma das afirmações do democrata radical madeirense – «A esquerda dos Democraticos. A Republica não pode ser conservadora porque não tem nada que conservar» –, a entrevista a Pestana Júnior incidia sobre a leitura que este fazia do recente congresso do PRP e da eleição no novo diretório, mais moderado do que radical. Reconhecendo a existência de divergências entre republicanos e defendendo que, em 1925, estavam ainda «por fazer o Estado republicano, a finança republicana e o funcionalismo republicano», Pestana Júnior afirmava que a «esquerda democratica ou as esquerdas coligadas patentearam a sua força no Congresso», ainda que tivessem sido vencidas por aquela outra «parte que obteve sobre nós trezentos votos de maioria, na eleição do Directorio», colocando em causa, em seu entender, o projeto republicano democrático, pois havia o risco de fazerem «escudo com os conservadores»²⁴. Neste caso, para Pestana Júnior,

²³ Na sequência do artigo de CN de 26-01-1924, ver: CASTRO, 27-01-1924, «Á Margem duma nota...», p. 1; CABRAL, 02-02-1924, «Ensaio para o estudo da desnacionalização da Madeira», p. 1; CASTRO, 03-02-1924, «Resposta a um Monóculo», p. 1; NASCIMENTO, 05-02-1924, «Resposta á Letra», p. 1; L. V. de C., 06-02-1924, «Ponto Final», p. 1; CABRAL, 09-02-1924, «Fechando parêntesis», p. 1; e CABRAL, 16-02-1924, «O dialecto madeirense», p. 1.

²⁴ «A esquerda dos Democraticos. A Republica não pode ser conservadora porque não tem nada que conservar», 18-06-1925, p. 1.

então ainda ministro, exigir-se-ia o debate já não de uma mera «questão política», mas antes de uma mais profunda «questão de fundamentos, de alicerces gerais dum regime» que, em sua opinião, fora entregue pelos próprios republicanos «nas mãos dos monárquicos, que teem tudo, que conquistaram as cidades, expulsando para as provincias os oficiais, o professorado, os magistrados republicanos»²⁵. Uma situação que o levava a concluir, sem esconder o tom de ameaça: «Meia duzia de tiros na Rotunda podem levantar as massas populares. [...] Ou temos que governar de dentro para fóra, sendo govêrno, ou temos que caminhar em sentido contrario»²⁶.

A polémica sobre estes acordos mais ou menos legítimos entre alguns membros do PRP e monárquicos, que, como demonstravam as palavras de Pestana Júnior, ameaçavam o projeto republicano e criavam sérias divisões internas no PRP, também ecoou na Madeira. Aqui ganha especial virulência na coluna «Política da Madeira» que o *Diário de Notícias* publicará na primeira página de várias edições de junho e julho de 1925, incluindo cartas abertas trocadas entre os ex-governadores Júlio Cabral e José Varela, o último dos quais fora responsável pela nomeação de João Cabral do Nascimento para o cargo de Delegado do Governo no final de 1924²⁷. Movidas por «paixões políticas, exacerbadas por ressentimentos individuais», como acertadamente reconhecia José Varela²⁸, estas cartas abertas não só confirmavam a existência dessas colaborações entre republicanos e monárquicos quando se tratava de órgãos ou decisões de política municipal e regional, como também evidenciavam o mal-estar que essas alianças (quase *anti natura*) e as polémicas por elas geradas (também na Madeira) criavam quer dentro do PRP nacional e do PRP regional, quer entre o PRP nacional e o PRP regional²⁹. Razões mais do que suficientes para Cabral do Nascimento, à semelhança do que fizera em relação ao Nacionalismo Integral, desejar o afastamento das lides político-partidárias republicanas.

²⁵ «A esquerda dos Democraticos. A Republica não pode ser conservadora porque não tem nada que conservar», 18-06-1925, p. 1.

²⁶ «A esquerda dos Democraticos. A Republica não pode ser conservadora porque não tem nada que conservar», 18-06-1925, p. 1.

²⁷ Ver: CABRAL, 28-06-1925, «Politica da Madeira. Carta do sr. Julio Cabral», p. 1; VARELA, 01-07-1925, «Politica da Madeira. Carta do Dr. José Varela», p. 1; CABRAL, 03-07-1925, «Politica da Madeira. Carta do sr. Julio Cabral», p. 1.

²⁸ VARELA, 01-07-1925, «Politica da Madeira. Carta do Dr. José Varela», p. 1.

²⁹ Varela chega mesmo a afirmar existir uma «fúria com que em Lisboa se pretende destruir a sua [do PRP] organização, neste distrito, aliás já definitivamente fixada» – VARELA, 01-07-1925, «Politica da Madeira. Carta do Dr. José Varela», p. 1.

Da Fundação do Arquivo Distrital do Funchal (1925-1931)

Mas voltemos ainda à afirmação de Cabral do Nascimento de que, nos anos 1960 (e pese embora todo este passado), seria um *homem sem história*. Palavras que nos levaram a encetar a revisitação do seu multifacetado percurso bio-curricular que aqui vimos registando. Foquemo-nos, por agora, em dois dos muitos projetos editoriais e culturais que o intelectual madeirense empreendeu e que, sendo também destacados na carta de 1962 a Gaspar Simões, se relacionam inequivocamente com o tema que aqui nos ocupa: a Teoria da História em Cabral do Nascimento. Referimo-nos à revista *Arquivo Histórico da Madeira* e ao Arquivo Distrital do Funchal, de que foi, em ambos os casos, um dos fundadores e diretor, contando sempre, nessa dupla tarefa, com a colaboração do seu amigo de longa data, Álvaro Manso de Sousa (Funchal, 1896-1953), primeiro conservador do ADF, que, entre 1937 e 1948 (período durante o qual Nascimento se ausentou do Funchal por motivos que abaixo analisaremos), chegou mesmo a substituir o diretor do ADF.

Imagem 1. Caricatura de Ramon, alusiva ao lançamento do n.º 1 da AHM, com a legenda: «O Dr. João Cabral, da Associação dos Arqueólogos e cronista-mór destes reinos e Alvaro Manso, bravo guarda-mór do Arquivo da Torre ... aos Tombos, no momento histórico da Apresentação às massas, do Arquivo Histórico da Madeira.»



Fonte: RAMON e IVO, 07-07-1931, «Nas Garras do Re-Nhau-Nhau», p. 8.

O n.º 1 da AHM apresentou-se nos escaparates da ilha a partir de março de 1931, ainda com a chancela da Câmara Municipal do Funchal (CMF) e antes da constituição do ADF, instituição reclamada pela Madeira há vários anos (sobretudo depois que, em 1916, o Estado iniciou a criação da rede nacional de arquivos distritais e bibliotecas públicas, sob tutela da IGBA – Inspeção Geral das Bibliotecas e Arquivos), mas que apenas seria formalmente criada a 30-07-1931, através do Decreto n.º 19952, e finalmente regulamentada pelo Decreto n.º 20690, de 30 de dezembro de 1931³⁰. Ora, se é certo que, no ano seguinte, em entrevista publicada n’*O Jornal* a 22-06-1932 (o sucedâneo do *Jornal da Madeira* e já depois de apaziguados os desacertos que em 1924 haviam oposto Luiz Vieira de Castro a Cabral do Nascimento), o diretor do ADF assume que «Sim, essa publicação [a AHM] é, mesmo, o órgão do Arquivo Distrital”, os impasses, retrocessos e indefinições que marcaram a atribulada génese da nova revista acabariam por se replicar e, em certos momentos agudizar, ao longo dos mais de vinte anos em que Nascimento assumiu a sua direção.

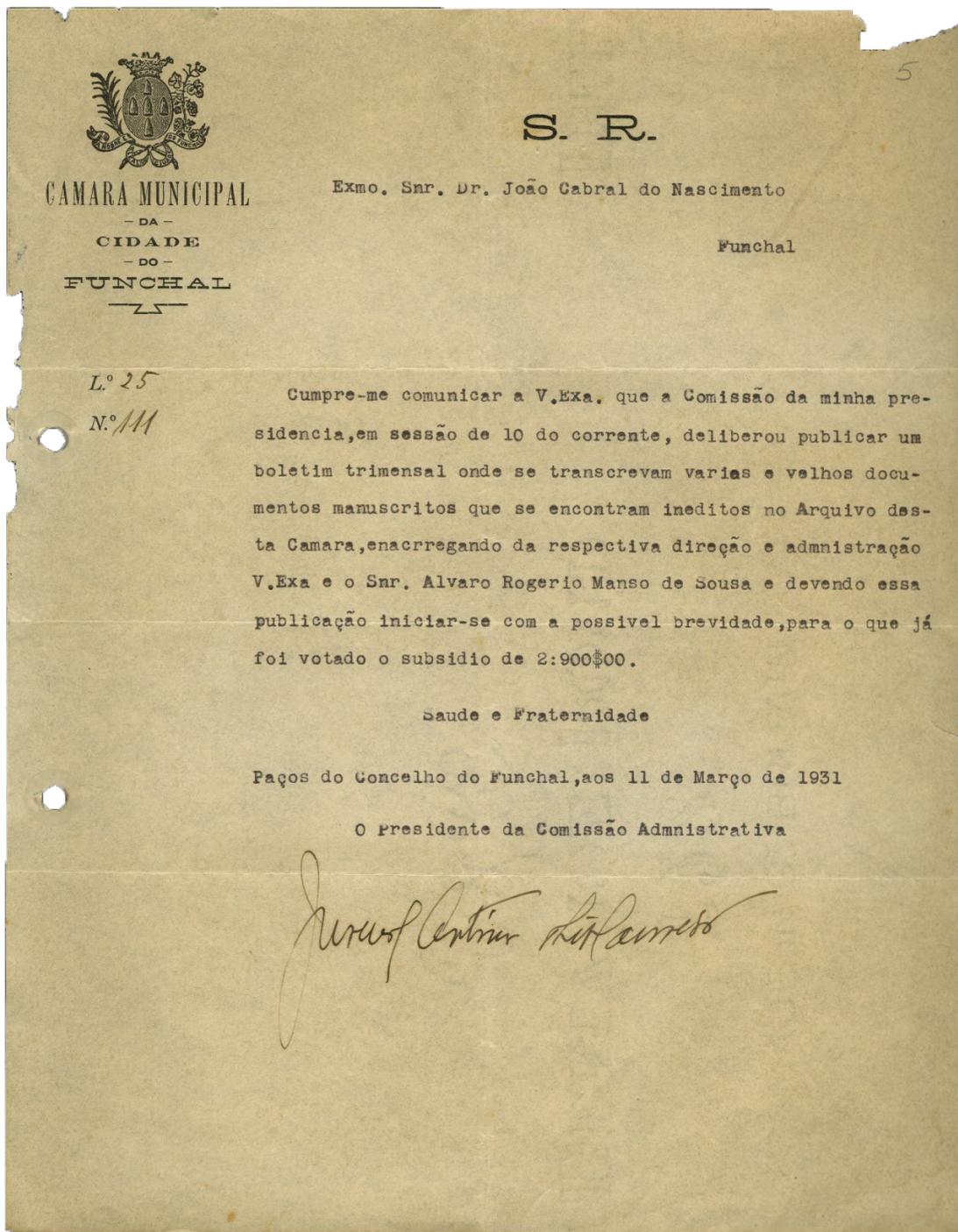
Nesta entrevista de 1932, Cabral do Nascimento faz questão de relatar sumariamente (mas indicando datas e nomes com precisão) o percurso que conduziu ao surgimento do n.º 1 da AHM em março de 1931. Sublinha que este era um projeto editorial desejado por muitos e há muito tempo, nomeadamente por figuras marcantes da Historiografia madeirense como Álvaro Rodrigues de Azevedo (anotador do canónico volume II de *As Saudades da Terra*), ou pelo padre Fernando Augusto da Silva (um dos consagrados co-autores do *Elucidário Madeirense*, que em 1927, com Nascimento e outros madeirenses, seria eleito sócio da Sociedade Histórica da Independência de Portugal³¹).

Contudo, não deixa também de referir as dificuldades internas que a concretização dessa aspiração madeirense havia tido nos anos mais recentes, as quais, porém, não o tinham inibido a si, a Álvaro Manso de Sousa e à CMF de avançar com a criação da AHM.

³⁰ MACEDO, 2012, «Nota Introdutória», p. IV. Da equipa inicial do ADF faziam parte: o diretor, João Cabral do Nascimento; o conservador, Álvaro Manso de Sousa; e o servente Leandro de Freitas – NASCIMENTO, 2012, *Coleção da Correspondência Oficial de João Cabral do Nascimento* [...], p. 7.

³¹ A 09-11-1927, o DM noticiava que em «sessão magna da Sociedade Histórica da Independência de Portugal, com sede em Lisboa, no histórico palácio dos Condes de Almada [...], foram nomeados sócios correspondentes da mesma colectividade, os distintos publicistas madeirenses srs. Padre Fernando Augusto da Silva, Tenente coronel Alberto Artur Sarmento, Major João dos Reis Gomes, Dr. João Cabral do Nascimento e Dr. Juvenal Henriques de Araújo, que ficaram constituindo a delegação nesta cidade» – «Sociedade Histórica da Independência de Portugal», 09-11-1927, p. 1.

Imagem 2. Ofício de 11-03-1931, destinado a Cabral do Nascimento e remetido pelo Presidente da Comissão Administrativa da CMF, encarregando-o e a Álvaro Manso de Sousa da «direção e administração» de «um boletim trimestral onde se transcrevam varios e velhos documentos manuscritos que se encontram ineditos no Arquivo desta Camara», «devendo essa publicação iniciar-se com a possivel brevidade»



Fonte: ABM, Arquivo Distrital do Funchal (ADFUN), Correspondência recebida (1931-1937), pt. 23, fl.5.

Esta era uma publicação que, como se esclarecia na secção «De Rebus Pluribus» do volume I, «não se destina[va] apenas aos eruditos, senão também a todas as pessoas a quem interessar o conhecimento da história dêste arquipélago»³²; que, também por isso, colhera, desde os primeiros números já publicados, o interesse de vários setores da sociedade portuguesa e madeirense, assim como de leitores estrangeiros; que, dedicando-se a «assuntos históricos e arqueológicos», não descurava também os «artísticos e científicos»; e que assumia um inequívoco espírito arquivístico (de resto sublinhado no título), por ter como principal missão garantir que aí seriam «insertos e comentados os documentos de valor para a história da Madeira»:

«A **publicação duma revista** em que fossem **insertos e comentados os documentos de valor para a história da Madeira é uma ideia antiga**. Já o **anotador das «Saudades da Terra»** preconisara as vantagens dêsse elemento de cultura e divulgação das nossas fontes históricas.

“O **Elucidário Madeirense**” pela pena do seu distinto co-autor, **rev.º padre Fernando Augusto da Silva**, defendeu, também, igual necessidade [...] uma ideia que resistia, ao rodar dos tempos e das gerações [...]. Em **1925**, o então presidente da **comissão executiva da Junta Geral**, sr. dr. [Domingos Augusto] **Reys Costa**, propoz na sessão deliberativa de **13 de Novembro** que fosse inscrita no orçamento de todos os anos uma **verba de cinco mil escudos**, para “**subsidiar a publicação duma revista de investigação científica e estudos históricos, denominada de Arquivo da Madeira**”. Esta proposta foi **aprovada por unanimidade**, estando presentes á sessão 31 procuradores, sob a presidência do sr. dr. Vasco Marques [...]. Em **14 de Outubro de 1930**, a **Camara Municipal do Funchal**, da presidência do sr. dr. **Juvenal de Carvalho**, resolveu **encarregar-/me e ao sr. Alvaro Manso de Sousa, de continuar o inventario e indices dos manuscritos encadernados ou avulsos do seu arquivo** (que remonta a 1470), deliberando também a **publicação duma revista**.

E, assim, poudo fazer-se já publicar, no passado ano de **1931, o 1.º volume com 4 fascículos**, todos **editados por aquele corpo administrativo**.

No princípio dêste ano, **estando já criado o Arquivo Distrital do Funchal, entendi que era este estabelecimento quem devia publicar a revista, como seu órgão, e para tal pedi autorização ao Inspector Geral, sr. dr. Julio Dantas**, que não a demorou, nem regateou louvores pela ideia [...].

Como as **despezas do Arquivo Distrital correm pela Junta**, reconheceu a digna comissão administrativa que **as da revista também o deveriam ser**, e assim espontaneamente o deliberou, **em sua sessão de 21 de abril**, resgatando desta maneira, com muito acêrto, o êrro cometido com a anulação do que fôra deliberado em 1925.

A revista, que se chama “**Arquivo Histórico da Madeira**”, sai quatro vezes por ano e cada ano forma um volume.

³² NASCIMENTO, 1931, «De Rebus Pluribus», p. 48.

Ocupa-se não só de **assuntos históricos e arqueológicos**, mas também **artísticos e científicos** [...] tem sido **bem recebida** em toda a parte, quer **em Portugal**, quer no **estrangeiro**, e por **todas as correntes políticas** ... sem exceptuar o sr. D. Manuel de Bragança, que é hoje, em assuntos bibliográficos nacionais, uma autoridade de reconhecida competência. Até lhe direi que o “Arquivo Histórico” vai figurar na exposição da Imprensa que brevemente se realizará em Tiflis, capital da Geórgia da União da República dos Soviéticos!

Pormenor curioso: um terço dos assinantes, na Madeira, pertence à colónia estrangeira, principalmente inglesa»³³.

A citação é longa, mas parece-nos justificável, pelos muitos pormenores que apresenta acerca da génese da AHM. Verifica-se, desde logo, que a revista desejada, mesmo antes de se materializar em 1931, oscilou entre a tutela da Junta Geral do Distrito Autónomo do Funchal (JGDAF) – que propôs a criação de uma revista com idêntico perfil, no ano em que Cabral do Nascimento desempenhava o cargo de Delegado do Governo no Concelho do Funchal³⁴ – e a da CMF, embora, perante as hesitações e recuos da primeira (sujeita às flutuações decisórias que as sucessivas mudanças governativas nos últimos anos da I República implicaram), tenha sido a segunda a avançar com a execução do projeto, delegando a empreitada em Cabral do Nascimento e Álvaro Manso de Sousa, ambos, já então, a desenvolverem trabalho de organização e inventariação documental no arquivo municipal e, no caso de Cabral do Nascimento, quando a sua bibliografia incluía já vários trabalhos sobre história

³³ «O Arquivo Distrital [...]», 22-06-1932, pp. 1-2. Negritos nossos.

³⁴ A demissão de CN do cargo de Delegado do Governo ocorre em junho de 1925, e, segundo ele nesta entrevista, apenas em novembro de 1925 a JGDAF propusera que no orçamento de cada ano, constasse uma verba destinada à publicação da revista *Arquivo da Madeira*. Porém, o confronto desta entrevista com o ofício de 15-03-1934 por si enviado ao Presidente da Comissão Administrativa da JGDAF, verifica-se uma aparente inconsistência de datas: na entrevista de 1932, CN indica 13-11-1925 como data em que a «comissão executiva da Junta Geral [...]» propoz na sessão deliberativa [...] que fosse inscrita no orçamento de todos os anos uma verba de cinco mil escudos, para “subsidiar a publicação duma revista de investigação científica e estudos históricos, denominada de Arquivo da Madeira” – «O Arquivo Distrital [...]», 22-06-1932, p. 1. Contudo, o ofício de 15-03-1934 indica 13-02-1925 como a data em que «a Comissão Executiva da Junta Geral resolveu votar no orçamento ordinário para o ano seguinte», uma «verba de Esc. 5.000\$00» como forma de «subsidiar a edição do “Arquivo da Madeira”» – ABM, ADFUN, Copiador de correspondência expedida (1932-1934), liv. 1, fl. 46. Esta inconsistência que ainda não tivemos oportunidade de desfazer, consultando documentação existente no Fundo da Secretaria da JGDAF existente no ABM, coloca a hipótese de a deliberação da JGDAF quanto ao apoio à criação da revista ter ocorrido ainda durante o período em que CN fora Delegado do Governo no Funchal, situação que lhe conferiria certamente algum poder de influência junto daquele órgão administrativo. Se tivermos em consideração que, desde 1923, a colaboração de CN na imprensa periódica local (nomeadamente no *Correio da Madeira* e no DN) versava, frequentemente, sobre história e património madeirenses (ver antologia de textos dispersos de CN em: SALGUEIRO e RODRIGUES, 2015, *Cabral do Nascimento. Escrever o Mundo por detrás de um Monóculo e a partir de um Farol*, vol. II), não será totalmente descabido conjecturar que, já em 1925, CN tenha apoiado (ou até proposto) a criação dessa revista junto da JGDAF.

do arquipélago: artigos publicados na imprensa periódica madeirense, assim como o livro *Apontamentos de História Insular*, editado em junho de 1927 e entusiasticamente recebido pela crítica no Funchal, como se evidencia na recensão ao livro, publicada a 19-06-1927 no *Diário da Madeira*, então dirigido pelo consagrado João dos Reis Gomes e tendo como redator principal e editor o também destacado J. C. Baptista Santos, ambos localmente reconhecidos pelos seus interesses historiográficos e regionais/regionalistas. Referindo-se ao valor dos doze capítulos do novo livro do ainda jovem escritor madeirense, o crítico afirmava:

«leem-se todos, com maior aprazimento de espirito, não só pela clareza da exposição, pelo interesse que o assunto desperta sempre, pela força da dialectica, pela inteireza de investigação e de crítica, mas também pela belesa e elegancia da dicção e ainda pela notável correcção da linguagem.

Os Apontamentos da História Insular constituem um valioso trabalho de investigação e críticas historiográficas, que ficam completamente integradas nos limites da bibliografia madeirense, ocupando nela um lugar do mais saliente e brilhante relevo. A leitura dêste livro passa a ser obrigatoria e indispensável a todos os que pretendam conhecer com certa profundidade a historia do nosso arquipélago, particularmente no periodo decorrido desde o seu descobrimento até aos fins do século quinze.

Representa, sem possível contestação, um bom serviço prestado á historiografia madeirense, sendo muito para desejar que o seu distinto autor continue a consagrar os seus ocios ao estudo e ao cultivo da especialidade literária e scientifica, que tão auspiciosa e brilhantemente iniciou»³⁵.

Apesar de ter nascido num contexto municipal e antes da fundação do ADF, a AHM, por proposta apresentada superiormente por Cabral do Nascimento após a criação do Arquivo Distrital, visando sobretudo um mais coerente enquadramento institucional da revista, passou a apresentar-se como órgão-boletim do ADF, a editar pela JGDAF. Tal transferência colheu o parecer favorável de Júlio Dantas, em nome da IGBA, e a concordância quer da CMF (que, em 1932, tinha como vice-presidente e vereador com o pelouro dos museus e bibliotecas, um amigo de longa data de Cabral do Nascimento: o artista plástico Francisco Franco³⁶), quer da própria Junta

³⁵ «Bibliografia. "Apontamentos de História Insular" de João Cabral do Nascimento», 19-06-1927, p. 1. Negritos nossos.

³⁶ Para além de, em 1926, terem editado, em conjunto, *Descaminho* (um livro que reunia poesia de CN e xilogravuras de Francisco Franco), ambos os autores integraram, desde a década de 1910, o grupo que César Pestana, em 1952, apelidou de *Os Artistas Independentes*, mas cuja designação (como tivemos já oportunidade de demonstrar) talvez apenas tenha sido assumida pelos próprios cerca de 1923, ano em que alguns dos artistas que integravam o grupo funchalense promoveram, com outros, o *Salão dos Cinco Independentes* na Sociedade Nacional de Belas Artes – SALGUEIRO, 2022, «João Cabral do Nascimento: um Autor Contemporâneo Apagado de um Certo Retrato de Família», pp. 282-286. Para além disso, a 08-09-1928, CN casa com Maria Franco, sobrinha de Henrique e Francisco Franco.

Geral, instituição que, por lei, devia suprir o pagamento de todas as despesas do ADF, incluindo também, a partir de então, as inerentes à edição da sua revista-boletim.

Porém, a consulta dos primeiros nove volumes da AHM, editados sob direção de Cabral do Nascimento, mostra claramente o que também se pode confirmar através da leitura da correspondência trocada, nesses mesmos anos (1931-1954), entre a direção do ADF e a JGDAF e entre aquela e a IGBA. Apesar do interesse manifestado pelos leitores e pelos autores que iam colaborando na revista (entre os quais se destacavam personalidades de diversas áreas, cujo prestígio regional, nacional e internacional valorizava a publicação³⁷), a periodicidade da AHM foi bastante irregular. Uma situação que muitas vezes afligiu o seu diretor e que se ficou a dever, sobretudo, ao não cumprimento das obrigações financeiras que, por lei e por acordo prévio, a JGDAF devia ao ADF. Na verdade, apesar das insistentes reclamações de Cabral do Nascimento, a JGDAF raramente transferiu para o ADF as verbas necessárias ao custeamento da impressão da revista. Uma situação que exigiu a suspensão da sua publicação por diversas vezes e, *in extremis*, que o seu diretor tivesse de recorrer de novo à CMF e até a Junta de Educação Nacional, procurando financiamentos que suprissem os custos da edição da AHM e evitassem, assim, constrangimentos orçamentais na gestão ordinária do ADF ou o próprio fim da sua revista.

Dos Atropelos à Direção do ADF I: As Limitações Financeiras

Entre muita outra documentação que atesta as dificuldades com que Cabral do Nascimento teve de lidar quotidianamente no ADF e os atropelos a que a sua direção esteve sujeita ao longo dos mais de 20 anos em que exerceu o cargo, vejamos a carta

A identificação deste último como vice-presidente da CMF e como vereador dos museus e bibliotecas surge em «Camara Municipal do Funchal. Principais Melhoramentos Realizados», 22-06-1935, pp. 20-22.

³⁷ Ver em vários volumes, a colaboração de, entre outros autores de prestígio: o Padre Fernando Augusto da Silva, sócio da Associação dos Arqueólogos Portugueses; A. da Rocha Madahil, conservador da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra; Manuel de Almeida Zagalo, do Conselho Superior de Belas Artes; Diogo de Macedo, diretor do Museu Nacional de Arte Contemporânea; ou Ernesto Gonçalves, autor e investigador respeitado na Madeira. No volume IX, CN decidiu «reproduzir algumas das cartas [...] dirigidas por individualidades de marcada evidência em Portugal e no estrangeiro e referentes à ação cultural desenvolvida nas colunas do *Arquivo Histórico da Madeira*»: Afrânio Peixoto, académico brasileiro com assento na Academia Brasileira de Letras; o lusófilo britânico, Edgar Prestage; Alfredo Pimenta, intelectual português com uma página regular no *Diário de Notícias* de Lisboa; e Alberto da Veiga Simões, escritor que fez parte do grupo modernista de Coimbra nos anos 1910 (em que CN também participou) e que, enveredando, mais tarde, pela carreira diplomática, representou Portugal em Berlim entre 1933 e 1940, ano em que Salazar o afastou de funções, sob acusação de, na Alemanha, se opor ao regime Nazi, conspirando contra as políticas por ele seguidas.

que, logo a 12-03-1934, Cabral do Nascimento escrevia ao «Exm.º Sr. Presidente da Junta de Educação Nacional» (JEN), expondo as difíceis condições financeiras em que se encontrava o ADF e que tornavam «forçoso [...] suspender a publicação do seu boletim», apesar de este ser «distribuído por muitas bibliotecas e estabelecimentos científicos do país e do estrangeiro»³⁸. Tendo em consideração que uma das missões da JEN era «promover ou subsidiar publicações de carácter científico» e «auxiliar “publicações destinadas a tornar conhecida fora do país a cultura portuguesa” [...] [entre as quais] revistas”», o diretor do ADF tomava a «liberdade de pedir» ao presidente da JEN que este «se dign[asse] informa[-lo] das possibilidades actuais dêsse organismo [a JEN] [...] habilitar a Direcção dêste estabelecimento [ADF] a solicitar um subsídio de Esc. 2.500\$00 destinado a continuar a publicação do “Arquivo Histórico da Madeira” até à aprovação pela Junta Geral do Funchal do seu orçamento de ano económico de 1934-35»³⁹. Em sua opinião, o alcance nacional e internacional da revista justificava-o.

Não pudemos até agora confirmar se este apoio da JEN foi concedido ao ADF. Sabemos, porém, que o volume IV da AHM teve uma edição irregular, bienal (1934-1935) e não anual como era ordinário, incluindo apenas três fascículos e não constando nele qualquer referência à JGDAF como entidade editora. Para além disso, o primeiro fascículo do volume IV inclui uma nota final aos leitores, esclarecendo o carácter excepcional desse volume e acrescentando: «Devido à irregularidade da publicação, não se aceitam assinaturas anuais, sendo cada fascículo vendido avulso ao preço de 8\$00»⁴⁰. Uma decisão que, embora correta para com os leitores, terá agravado a situação financeira da AHM: a partir de então, a revista deixava de poder contar com os pagamentos antecipados das assinaturas anuais que, certamente, aliviariam, ainda que temporariamente, o rombo existente nas contas da revista e, conseqüentemente, nas do ADF.

Não surpreende, portanto, que na abertura do volume IX, em 1951 (ano em que a AHM completava o seu «Vigésimo Aniversário»), Nascimento fizesse um breve balanço (quase a adivinhar que esse seria o último volume sob sua direção), não deixando de assinalar que: (1) foi «em Março de 1931 [...] que apareceu o primeiro fascículo do primeiro volume» da revista, «por iniciativa de João Cabral do Nascimento e Álvaro Manso de Sousa (mais tarde nomeados funcionários do Arquivo Distrital do Funchal) e a expensas da Câmara Municipal deste concelho»; (2) embora a «revista (órgão, desde 1932, do Arquivo Distrital) tivesse interrompido a sua publicação durante alguns anos, a verdade é que, por deliberação da Câmara Municipal, foi ela

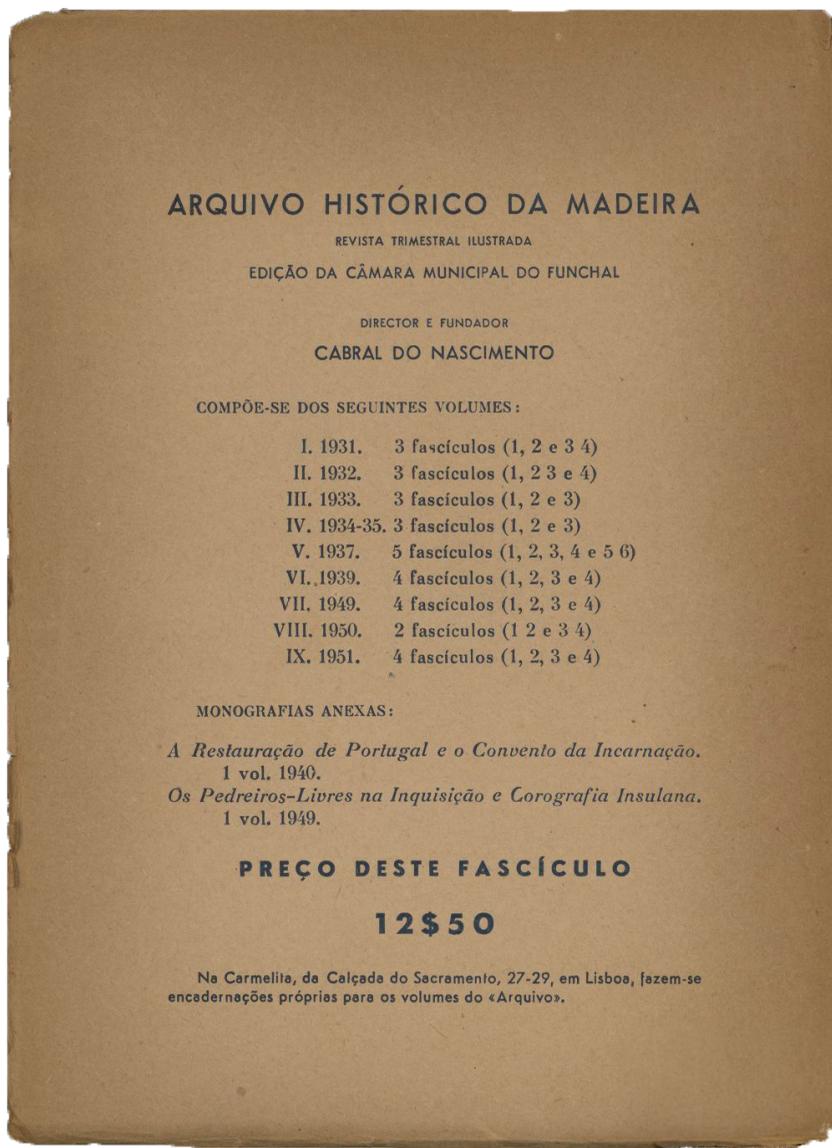
³⁸ ABM, ADFUN, Copiador de correspondência expedida (1932-1934), liv. 1, fl. 45.

³⁹ ABM, ADFUN, Copiador de correspondência expedida (1932-1934), liv. 1, fl. 45.

⁴⁰ NASCIMENTO, 1934-35, *Arquivo Histórico da Madeira*, vol. IV, s.p.

recomeçada em 1949», continuando a publicar «documentos, artigos, comentários e estampas de inegável interesse para a história política, artística e científica do arquipélago»; e (3), que «foram os fascículos do 1.º volume do *Arquivo Histórico da Madeira*» (em grande medida resultantes do trabalho que Cabral do Nascimento e Álvaro Manso desenvolviam no arquivo municipal) que «provocaram a criação do Arquivo Distrital do Funchal»⁴¹.

Imagem 3. Última página do volume IX da AHM, dando conta dos volumes já editados e dos respectivos anos de publicação, tornando assim evidentes os anos em que a revista foi suspensa.



Fonte: NASCIMENTO, 1951, *Arquivo Histórico da Madeira*, vol. IX, p. 257.

⁴¹ NASCIMENTO, 1951, «Vigésimo Aniversário», pp. 5 e 9.

O índice dos nove volumes publicados até 1951 (a que se juntam duas «Monografias Anexas» à AHM, datadas de 1940 e de 1949⁴²) demonstra essa mesma irregularidade de publicação, sendo que, até 1951, a responsabilidade editorial apenas é atribuída à JGDAF no volume III, referente ao ano de 1933. Suspensa em 1936, em 1938, nos anos 1940 a 1948 (inclusive) e, de novo, após 1951⁴³, a responsabilidade editorial do boletim foi quase sempre atribuída à CMF: o ADF apenas surge como editor em 1932, sendo que os volumes IV e V não indicam entidade editora, referindo apenas que a AHM era o órgão do ADF; e é à CMF que são atribuídos os créditos de edição nos volumes I (1931), VI (1939), VII (1949), VIII (1950) e IX (1951).

Por outro lado, a consulta do fundo do Arquivo Distrital do Funchal (ADFUN), hoje à guarda do seu sucedâneo Arquivo e Biblioteca da Madeira (ABM), leva-nos ao encontro de múltipla documentação que evidencia a existência de uma constante tensão (ora mais explícita, ora mais latente) entre a JGDAF e o diretor do ADF, desde os primeiros anos da existência deste arquivo até à data em que o seu diretor vitalício se demitiu⁴⁴. Os motivos para essa tensão foram diversos.

Houve-os de ordem financeira, na medida em que, como já referimos, a JGDAF, contrariando a lei, nem sempre transferiu para o ADF as verbas suficientes para pagamento das despesas correntes da instituição e, menos ainda, as que decorriam da edição do seu boletim. Uma situação que motivou constantes reclamações de Cabral do Nascimento, quer junto da JGDAF, quer da IGBA. Por exemplo, em ofício datado de 15-03-1934, enviado ao Presidente da Comissão Administrativa da Junta, o diretor do Arquivo, sugerindo que a JGDAF «poderia incluir, no próximo orçamento ordinário» uma «verba de Esc. 5.000\$00», igual à que em «13 de Fevereiro de 1925, a Comissão Executiva da Junta Geral resolveu votar no orçamento ordinário para o ano seguinte», como forma de «subsidiar a edição do “Arquivo da Madeira”, revista que não chegou a sair»⁴⁵, acrescentava:

⁴² NASCIMENTO, 1940, *A Restauração de Portugal e o Convento da Incarnação*; e NASCIMENTO, 1949, *Os Pedreiros-Livres na Inquisição e Corografia Insulana*.

⁴³ O volume X só seria publicado em 1958, já sob direção de José Pereira da Costa, o novo diretor do ADF, nomeado em 1954.

⁴⁴ Ver compilação e transcrição semi-diplomática realizadas por Laureano Secundino Ascensão de Macedo, respeitantes aos ofícios expedidos quer pela JGDAF, quer pelo ADF e que se conservam no ABM, em NASCIMENTO, 2012, *Coleção da Correspondência [...]*, pp. 7-92.

⁴⁵ ABM, ADFUN, Copiador de correspondência expedida (1932-1934), liv. 1, fls. 45v-46. *Arquivo da Madeira*, como já vimos, foi o título que, em 1925, se equacionou atribuir a uma revista que se queria editar no Funchal, a expensas da JGDAF.

«Em Fevereiro de 1932 resolveu a direcção dêste Estabelecimento continuar publicando uma revista de investigação científica, iniciada e até então editada pela Câmara Municipal do Funchal. Ficaria sendo um boletim-órgão dêste Arquivo Distrital, mantendo-se a mesma orientação e **inserindo-se, de preferência, documentos inéditos incorporados neste Arquivo, com notas e comentários, além de artigos sôbre história, arqueologia, arte, etnografia, etc., tudo acompanhado de gravuras e impresso em bom papel nacional** [...].

Aconteceu, porém, que em vez de ter sido votada uma verba especial para custear os encargos da edição, foram estes, pelo contrário, sendo satisfeitos pela verba de expediente (5.325\$80) da dotação anual dêste Estabelecimento. Como dessa mesma verba se pagam tôdas as contas de papel, tinta de escrever, impressos, encadernação de manuscritos, latas de insecticidas, artigos de limpeza, transporte de livros paroquias e até contas da mudança do Arquivo para o Palácio de S. Pedro – nas quais se incluiu nova instalação eléctrica e enceramento do soalho – é evidente que a referida verba de expediente, já de si escassa, não podia deixar de encontrar-se, nesta altura do ano, quási esgotada, tanto mais que haviam ficado, do ano anterior, alguns fascículos do aludido boletim em dívida.

Nestas condições, é impossível continuar a publicação da revista, não só porque ela absorve a importância destinada ao expediente do Arquivo Distrital, como também porque não foi ainda pago o último número da revista nem uma parte do penúltimo»⁴⁶.

E já em 28-04-1952 (ou seja, quando, de novo, se antevia a suspensão da revista), em ofício uma vez mais enviado ao presidente da JGDAF, Nascimento escrevia:

A revista “Arquivo Histórico da Madeira”, iniciada em 1931, tem sido publicada ora pela Câmara do Funchal ora pela Junta Geral do Distrito.

Sendo, desde 1932, órgão do Arquivo Distrital, parece-me que deveria ser editada por este mesmo Estabelecimento, cujas despesas de instalação e manutenção estão a cargo dessa Junta Geral nos termos do Dec.-Lei n.º 31095. Não havendo, porém, na respetiva dotação, rubrica onde se possa incluir esta actividade, tenho a honra de solicitar para o assunto a esclarecida atenção de V. Ex.^a, sugerindo a votação anual dum subsídio de importância de 25 contos (despesa em que vem importando, mais ou menos, a publicação de quatro fascículos de cada volume) ao abrigo do art.º 24 n.ºs 6 e 11 do referido Estatuto dos Distritos Autónomos, considerando que o Arquivo Distrital tem uma função cultural como lhe é reconhecido pelo art.º 41 do Dec. 19.952 de 30-7-1931, que diz: “Os estabelecimentos dependentes da Inspeção (das Bibliotecas e Arquivos) poderão publicar os inventários, registos ou índices das suas espécies, bem como os manuscritos das suas colecções”.

Como ainda não saiu nenhum número este ano, e convindo manter o interesse que o público dispensa ao “Arquivo Histórico da Madeira”, tomo a liberdade de pedir a V. Ex.^a a inclusão das aludidas verbas no próximo orçamento suplementar.⁴⁷

⁴⁶ ABM, ADFUN, Copiador de correspondência expedida (1932-1934), liv. 1, fls. 45v-46. Negritos nossos.

⁴⁷ ABM, ADFUN, Copiador de correspondência expedida (1935-1952), pt. 2, fls. 401-402.

Imagem 4. Fotografia de uma exposição de «manuscritos artísticos e antigos» do Arquivo Distrital do Funchal, realizada entre 21 e 24 de novembro de 1940, na sala de leitura da Biblioteca Municipal do Funchal (Palácio de São Pedro, onde também se situava o ADF e o Museu Regional) e promovida no âmbito das Comemorações dos Centenários da Fundação de Portugal e da Restauração da Independência⁴⁸



Fonte: ABM, Museu de Fotografia da Madeira – Atelier Vicente's, Foto Figueiras, cx. 7, n.º 17, n.º de inventário PHF/1051.

Contudo, para além das questões financeiras que parecem nunca ter sido ultrapassadas, existiram outras relacionadas com o funcionamento e a orgânica institucional, assim como com as instalações do ADF, sendo que, nestes casos, como veremos de seguida, os verdadeiros motivos dos desacertos entre o diretor do Arquivo e a presidência da Junta Geral parecem ter ultrapassado claramente o

⁴⁸ «Festas Centenárias na Biblioteca Municipal. Exposição de manuscritos artísticos e antigos», 13-11-1940, p. 1. A preocupação em divulgar a documentação à guarda do ADF esteve sempre presente na ação conjunta de CN e Álvaro Manso de Sousa, fosse através da AHM, fosse em iniciativas como esta exposição. E como fica claro no ofício datado de 15-03-1934, enviado ao Presidente da Comissão Administrativa da Junta e anteriormente citado, essa divulgação não negligenciava nem aquilo que era património artístico, nem o cuidado estético com que o davam a conhecer. Ver, por exemplo, a crescente inclusão de desenhos e fotografias de objetos artísticos nos fascículos da AHM. Na divulgação no DN desta exposição de 1940, sublinha-se que o valor artístico de alguns dos livros apresentados foi um dos critérios da seleção.

âmbito da relação institucional que entre si existia. Antes terão sido determinados (ou pelo menos amplificados) por conflitos de interesses locais (por exemplo, o desenvolvimento turístico e a modernização dos espaços urbanos da ilha *versus* o respeito e a preservação de património cultural e histórico) e/ou por disputas de poder (por exemplo, entre a Igreja e o Estado republicano ou entre o poder económico e o poder dos pequenos organismos do Estado, como era o ADF).

Dos Atropelos à Direção do ADF II: Condicionantes do Funcionamento, Indecisões da Orgânica Institucional e Prorrogação do Caráter Provisório e Precário das Instalações do ADF

Quer enquanto cidadão com forte intervenção crítica no espaço público madeirense desde a década de 1910, quer enquanto correspondente da Associação dos Arqueólogos Portugueses desde janeiro de 1931 e diretor do ADF, *de iure*, desde fevereiro de 1932, Cabral do Nascimento não podia deixar de se pronunciar acerca dessas situações, que atentavam ao respeito pela lei do Estado e pela instituição que ele dirigia e punham em risco o património insular que lhe merecia o maior respeito⁴⁹.

Na verdade, a tensão entre Cabral do Nascimento, por um lado, e, por outros, a Igreja, certo poder político e administrativo e alguns interesses económicos ligados à indústria turística antecipou a fundação do ADF, registando-se desde os anos 1910, umas vezes assumindo um carácter mais pessoal, outras uma feição mais corporativa. Contudo, medidas entretanto tomadas quer pela Igreja (em defesa do seu protagonismo na sociedade madeirense e contra a ação do ADF que, executando as leis da República, de algum modo o ameaçava), quer por órgãos de poder político e administrativo (desde o início do século XX, apostados em políticas de *melhoramentos* do Funchal que rapidamente tornassem a capital da ilha um apetecível e moderno destino turístico), e cujos membros muitas vezes zelaram, com especial cuidado, dos interesses pessoais que tinham nesse mesmo setor, pondo em causa a defesa e a preservação do património histórico e cultural do arquipélago, que ao diretor do ADF, por convicção pessoal e pelas funções que desempenhava, cabia assegurar.

⁴⁹ A 05-02-1932, tomavam posse: Álvaro Manso de Sousa, como conservador; e Leandro de Freitas Jardim, como servente. A 20-01-1932, o Ministro da Instrução Pública faz publicar o despacho que cria o cargo de diretor do ADF, que, a 26-02-1932, viria a ser formalmente ocupado por CN, a quem foi dada posse no Governo Civil do Distrito Autónomo do Funchal, a pedido do Inspetor Geral da IGBA que, impedido de se deslocar à Madeira para esse fim, delegou no governador civil esse ato formal – MACEDO, 2021, «Nota Introdutória», p. vi.

Imagem 5. Fotografia de um grupo de professores da Escola Industrial do Funchal (15-06-1931), incluindo Cabral do Nascimento e tirada no ano em que a AHM era lançada. Primeira fila, da esquerda para a direita: Dr. José Marcelino de Freitas Ribeiro; Dr. Álvaro Reis Gomes (sub-diretor); Pintor Alfredo Vital Migueis; Major João dos Reis Gomes (diretor); Pintor Henrique Franco de Sousa; (não identificado); e Dr. Manuel Domingos Gouveia de Freitas. Segunda fila, de pé, da esquerda para a direita: (não identificado); Sr. Manuel, professor da disciplina de embutidos; Dr. Luís Bettencourt da Câmara; João Cabral do Nascimento; Dr. Juvenal Araújo; (não identificado); (não identificado); e Jorge Ascensão de Freitas.



Fonte: ABM, Museu de Fotografia da Madeira – Atelier Vicente's, Photographia Vicente, cx. 293, n.º 14, n.º de inventário VIC/21529.

No que à Igreja diz respeito, Laureano Secundino Ascensão Macedo, de forma detalhada, dá conta da *guerra aberta* que, logo após a fundação do ADF, caracterizou o relacionamento da sua equipa (e em especial do seu diretor) com párcos locais, com altas figuras da Igreja e, por contágio, com a Santa Casa da Misericórdia do Funchal que, à data, tinha entre os seus dirigentes «membros vinculados à Diocese do Funchal»⁵⁰. Duas situações potenciaram especialmente o agravamento desses atritos.

⁵⁰ Sobre a situação conflituosa do ADF com a Igreja na década de 1930, ver MACEDO, 2021, «Nota Introdutória», pp. xv-xxii.

Por um lado, a atribulada transferência dos registos paroquiais para o ADF, já adivinhada, na Madeira, pelo menos desde 1924, quando (como acima referimos) os jornais católicos da ilha começaram a publicar opiniões contrárias à letra da lei, contribuindo para atear o rastilho da tensão que, na década seguinte e à semelhança do que aconteceu em outros distritos do país, se tornaria explosiva. Na verdade, não raras vezes foi necessário recorrer à intervenção do Governador Civil, da polícia, do Inspetor Geral das Bibliotecas e Arquivos, entre outras entidades e instituições, para tentar ultrapassar a aparente insolubilidade desses conflitos e até sustentar a violência da oposição da Igreja e das próprias populações locais (facilmente manipuladas pela influência dos seus párocos) à equipa do ADF (Cabral do Nascimento, Álvaro Manso de Sousa e Leandro de Freitas Jardim), a quem cabia executar a lei republicana. Esta, fiel ao princípio da laicidade do Estado e consciente da impraticabilidade de um sistema de arquivo documental do Estado exclusivamente central, criou, a partir de 1915, uma rede de arquivos nas sedes dos distritos do país, exigindo que fossem transferidos para esses organismos estatais os registos paroquiais, entre outros documentos de interesse público, que então ainda se encontravam na posse da Igreja.

Desta contenda, o próprio Cabral do Nascimento dá conta aos leitores da AHM, no volume III de 1933. Na secção «De Rebus Pluribus» de um dos fascículos deste volume, transcreve parte «dum relatório enviado ao Inspector Geral das Bibliotecas e Arquivos pelo Director do Arquivo do Funchal, para cumprimento do art. 33 do Decreto n.º 19.952», em que há referência a «alguns núcleos documentais recolhidos neste estabelecimento» e onde denuncia precisamente os problemas gerados pela incorporação dos registos paroquiais:

«Para cumprimento do Dec. 1630 de 9 de Junho de 1915, enviei uma circular aos Párocos das 50 freguesias da Diocese, requisitando os livros existentes naquelas igrejas e anteriores ao período de cem anos.

Nestas diligências encontrei grande número de obstáculos. A maioria dos detentores dos livros opunha-se à sua entrega, alegando que estes eram propriedade única e exclusiva da Igreja. Ao respectivo Prelado tinha eu remetido um ofício [...] no qual lhe pedia exortasse os vigários das freguesias a não porem embargos à incorporação legal. Esse ofício não teve resposta.

.....
Nesta altura o *Jornal*, órgão oficioso da mitra, publicou algumas considerações impertinentes, contestando a legitimidade da recolha dos livros e induzindo a opinião pública a ver nisso um[a] perseguição à igreja católica. Com data de 23 de Junho de 1932 enviei para os jornais uma nota oficiosa, esclarecendo devidamente o caso e anulando insinuações.

Dias depois comecei a incorporação, que alguns párcos, de manifesta má vontade, classificavam de extorsão entregando-me protestos escritos e baseados numa norma que lhes fôra remetida pelo R.do Vigário Geral. Não obstante haverem dito que a guarda da igreja era a “única segura e prudente” todavia muitos tomos achavam-se no mais ruinoso estado. De alguns cartórios paroquiais haviam desaparecido livros que os seus detentores prestavam, com pasmosa facilidade, a algum já falecido curioso de genealogias»⁵¹.

E num outro ofício de 10-08-1935, desta vez remetido pelo diretor do ADF ao Governador Civil do distrito do Funchal, Nascimento participava o comportamento ilegal, violento e até caricato tido no dia anterior pelo pároco da freguesia de São Vicente, quando o ADF a esta se dirigiu para «recolher, nos termos do Dec. 1630, de 9 de Junho de 1915, alguns livros do registo paroquial [...] que não poderam ser abrangidos na diligência ali efectuada em 28 de Setembro de 1932», relatando o seguinte:

«o respectivo pároco, Padre António Pinto da Silva, atreveu-se a sonegar os referidos livros, que são propriedade do Estado, declarando na presença de testemunhas Dr. Conservador do Registo Civil daquele concelho; Tenente João Carlos de Sousa; escrivão José Maria Vieira; Carlos João de Sousa e muitas outras pessoas, que não só os não entregava como não dizia onde êles se achavam guardados.

Recorri então ao Administrador do Concelho para que esta autoridade me acompanhasse na busca que pretendia realizar.

Entretanto o pároco dirigiu-se à Igreja, onde julgo que se encontram os livros, e fechou a porta, ao mesmo tempo que, pela sua atitude espectacular e inconveniente, parecia querer incitar a população contra os funcionários presentes, o que foi confirmado pelas testemunhas já nomeadas.

Não querendo empregar violências e desejando evitar qualquer motim que a conduta daquele sacerdote fazia esboçar, resolvi desistir, por ora, do cumprimento da lei e expor a V.Ex.^a êstes gravíssimos factos, que se prendem com a ordem pública e atentam contra o prestígio das autoridades civis e das leis da República Portuguesa»⁵².

Segundo Ascensão Macedo, «quase todas as paróquias da diocese se manifestaram em unísono contra a política de transferências de registos paroquiais para o ADF, referente à documentação anterior a 1860», tendo respondido à circular do ADF que, a 01-08-1932, requeria a entrega dessa documentação com uma mesma minuta, sujeita a pequenas adaptações, revelando, assim, tratar-se de uma ação concertada e orquestrada superiormente.

Outra situação que agudizou a querela já existente entre o ADF e a Igreja (que entendemos estar intimamente relacionada com a disputa pelos registos paroquiais) foi a interrupção da colaboração (e confiança) entre a equipa do ADF e a Santa Casa da Misericórdia que, sobretudo depois de 1931 (ver Imagem 6), se havia instituído.

⁵¹ NASCIMENTO, 1933, «De Rebus Pluribus», pp. 63-64.

⁵² ABM, ADFUN, Copiador de correspondência expedida (1935-1952), pt. 2, fls. 37-38.

Imagem 6. Ofício datado de 17-10-1931, enviado pelo Presidente da Comissão Administrativa da JGDAF a CN, nomeando-o e a Álvaro Manso de Sousa como responsáveis pela catalogação dos livros e documentos existentes no arquivo da Santa Casa da Misericórdia do Funchal, entretanto «oferecido[s]» ao Arquivo Distrital

5 10

SERVIÇO DA REPÚBLICA


JUNTA GERAL
DO
FUNCHAL

Ex.^{mo} Snr. Dr. João Cabral do Nascimento

L.^o 3^o
N.^o 1744

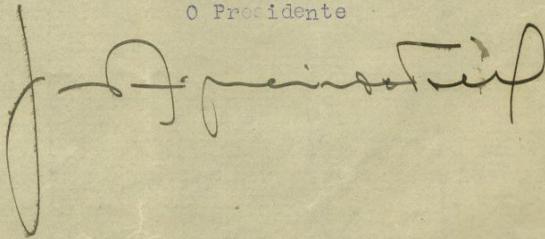
Tendo a Mesa Administrativa da Santa Casa da Misericórdia desta cidade oferecido ao Arquivo Distrital tudo o que compunha o arquivo daquela Casa, com a condição desta Junta Geral nomear dois peritos que catalogassem em duplicado todos os livros e documentos nêle existentes, tenho a honra de levar ao conhecimento de V. Exa. que a Comissão Administrativa a que presido nomeou V. Exa. e o Snr. Álvaro Manso para o referido fim.

Cumpre-me informar V. Exa. que o original deve ser entregue á Comissão Administrativa da Santa Casa.

Saude e Fraternidade

Junta Geral do Funchal, IV de Outubro de 1931

O Presidente



Fonte: ABM, ADFUN, Correspondência recebida (1931-1937), liv. 1, p. 5.

Ascensão Macedo nota que, na verdade, em 1933, já depois de a AHM publicar o «inventário do fundo da Santa Casa da Misericórdia do Funchal», em que Cabral do Nascimento e Álvaro Manso de Sousa vinham trabalhando desde 1931⁵³, «o provedor da Santa Casa da Misericórdia do Funchal, Cónego Manuel Camacho», acusando uma forte indisposição relativamente à transferência, para um organismo do Estado, de documentação (da Misericórdia e das paróquias) que, até então, sempre estivera sob a alçada de elementos da Igreja, «requereu a devolução do “códice ou catálogo dos documentos do Tombo e Arquivo desta Misericórdia”, alegando que “a falta d’esse catalogo ou códice pode[ria] causar prejuízos e sérios embaraços á vida administrativa d’esta Santa Casa”»⁵⁴. Perante a recusa da devolução por parte do diretor do ADF, que considerou aquela exigência «absolutamente extemporânea», o provedor, em «retaliação», enviou para Lisboa, o valiosíssimo «fundo da Escola Médico-Cirúrgica do Funchal» de que a Misericórdia era «detentora», em condições que Júlio Dantas considerou completamente inadequadas, mas cujas espécies, depois de devidamente acondicionadas, o Inspetor Geral das Bibliotecas e Arquivos se encarregou de reencaminhar para a Madeira, para que aqui ficassem à guarda, conservação e estudo do ADF⁵⁵.

Portanto, como bem refere Ascensão Macedo, na década de 1930, entre o ADF e a Diocese do Funchal, instalou-se «uma brecha que conduziu ao desgaste de relações» não só entre as duas instituições, mas também entre Cabral do Nascimento e algumas das mais altas individualidades do catolicismo madeirense⁵⁶. Uma acrimónia que, após 1932, dados o poder e o ângulo de influência da Igreja no arquipélago, rapidamente se estendeu a outras figuras dominantes da sociedade madeirense com ligação a setores religiosos, políticos e económicos, acabando por ter impacto negativo no desempenho do diretor do ADF e, consideramos nós, na consolidação de um conceito de História (sem verdades absolutas, sem heróis perfeitos, fragmentária e em permanente reelaboração) que desde muito cedo se manifestara no seu pensamento e na sua escrita.

No que diz respeito ao turismo, setor que os poderes político e económico madeirenses, desde o início do século XX, assumiam como inquestionável pedra angular para o desenvolvimento do arquipélago, as reservas de Cabral do Nascimento remontam, de facto, a um período anterior à fundação do ADF, apesar de, em 1925,

⁵³ MACEDO, 2021, «Nota Introdutória», pp. v-vi.

⁵⁴ MACEDO, 2021, «Nota Introdutória», p. xxi.

⁵⁵ MACEDO, 2021, «Nota Introdutória», pp. xi-xii.

⁵⁶ MACEDO, 2021, «Nota Introdutória», pp. xv-xvi.

ter sido eleito como secretário da Associação de Turismo da Madeira (provavelmente enquanto Delegado do Governo)⁵⁷ e de, em 1937, já na qualidade de Diretor do ADF e *malgré lui*, ter integrado o Conselho de Turismo da Madeira e aí ter sido eleito como secretário deste órgão consultivo da Delegação de Turismo da Madeira⁵⁸.

Recentemente criada pelo Ministério do Interior, no âmbito do Conselho Nacional de Turismo, através do Decreto-lei n.º 26:980 de 05-09-1936, que também classificava o arquipélago da Madeira como «estância de turismo», a Delegação de Turismo da Madeira tinha por missão «disciplinar e fiscalizar» o setor, nomeadamente aqueles que «em detrimento do turismo, se obstin[ass]em em viver fora da lei» e colocassem em causa o proveito de uma «estância da categoria do Funchal»⁵⁹. Era constituída por um «presidente de livre escolha, nomeação e destituição do Ministério do Interior, exerce[endo] as suas funções como delegado do Govêrno»; por um secretário e um tesoureiro, representando «na Delegação, respectivamente, o Conselho Nacional de Turismo e o Conselho de Administração de Jogos», ambos também «nomeados e destituídos pelo Ministro do Interior, sob proposta dos organismos representados»; e por um Conselho de Turismo, «órgão auxiliar de colaboração e consulta» do presidente da Delegação, onde estariam representadas várias instituições e organismos insulares (a Capitania do Porto, a Junta Autónoma das Obras do Porto, a Alfândega, a Direção de Finanças do Distrito, a Direção do Arquivo Distrital, o Governo Civil, a Junta Geral do Distrito, as Câmaras Municipais do Distrito, a Associação Comercial do Funchal, o setor da indústria hoteleira, os grémios patronais, os sindicatos de profissões ligadas ao turismo), competindo-lhe, entre outras atribuições, a de «dar parecer sôbre os projectos de obras e melhoramentos a realizar»⁶⁰.

⁵⁷ «Associação de Turismo da Madeira», 07-05-1925, p. 1.

⁵⁸ A 07-04-1937, o DN dava conta da realização da primeira reunião do Conselho de Turismo da Madeira, ocorrida na «sala das sessões da Delegação de Turismo», a 05-04-1937, «composto dos srs. Comandante Teixeira Diniz, capitão do porto; Dr. João Abel de Freitas, presidente da J. A. dos Portos do Arquipélago; José Viveiros Ferreira, director de Finanças; Mario Maçãs Fernandes, director da Alfandega; Dr. João Cabral do Nascimento, director do Arquivo Distrital, estes cinco como membros natos, e ainda os representantes: do Governador Civil, Dr. Juvenal de Carvalho; dos sindicatos ligados ao turismo, Dr. Paulo Amaro (que representou também as camaras municipais); da Associação Comercial, Dr. Juvenal de Araújo; da Industria Hoteleira, Carlos de Moraes Teixeira; dos gremios patronais, Cipriano Frazão Sardinha». Acrescentava que, por «motivo de doença faltou o representante da Junta Geral, Dr. Correia Figueira», tendo sido «eleita, por escrutinio secreto, a direcção do Conselho, que ficou assim composta: Presidente o delegado da Associação Comercial; Vice-Presidente, o representante da Junta; Secretarios o director do Arquivo Distrital e o representante dos gremios patronais». Ficava então também definido que as «reuniões ordinarias [e]fectuar-se-ão na primeira segunda-feira de cada mez» – «Conselho de Turismo da Madeira. A sua primeira reunião», 07-04-1937, p. 1.

⁵⁹ Ministério do Interior, 05-09-1936, «Decreto-lei n.º 26:980», pp. 1069-1072.

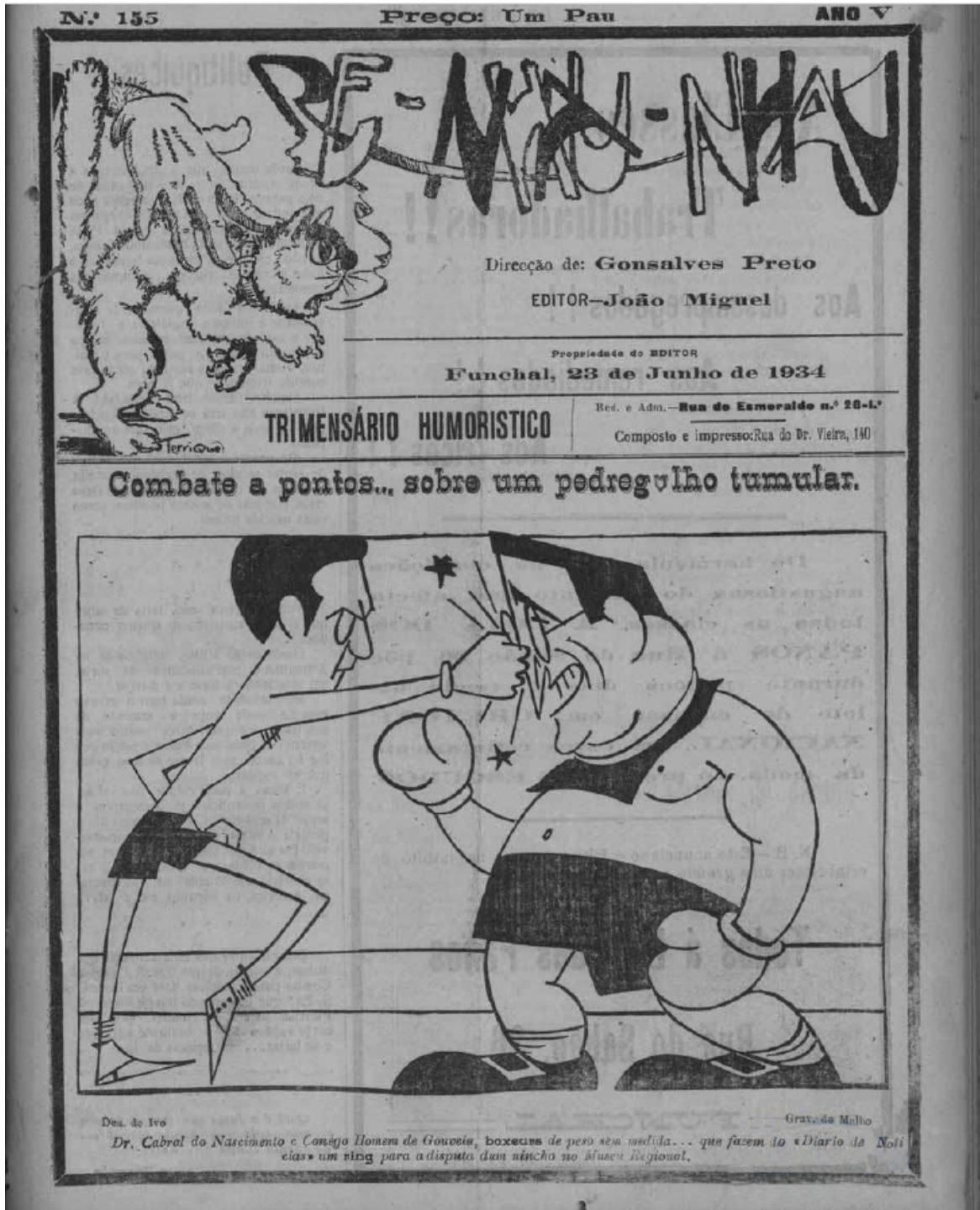
⁶⁰ Ministério do Interior, 05-09-1936, «Decreto-lei n.º 26:980», p. 1072.

Com uma feição claramente corporativa, a Delegação de Turismo e o seu Conselho reuniam interesses diversos. E ainda que fosse da incumbência desta nova delegação, segundo o artigo 5.º b), «[di]fundir o gôsto pelas artes, ofícios e curiosidades de tradição local, reintegrando-os no pitoresco e na pureza das suas características», segundo o artigo 6.º c), «[c]ontribuir para o restauro e conservação dos monumentos de valor histórico, artístico, científico, lendário ou pitoresco, de acôrdo com os organismos que nêles superintendam» e ainda, segundo o artigo 6.º i), «Manter um serviço de informação e propaganda turística no País e no estrangeiro», a análise da primeira constituição do Conselho de Turismo deixa também entrever que a proteção e a conservação do património histórico e cultural do arquipélago não seriam certamente interesses primordiais da maioria dos membros do Conselho, à exceção do Diretor do Arquivo Distrital, que, desde 1931, era também sócio correspondente da Associação dos Arqueólogos Portugueses. Sobretudo, quando essa defesa constituía aparentemente um obstáculo aos *melhoramentos* que a indústria turística considerava serem de implementação imprescindível e cuja realização se exigia célere, sobretudo no Funchal.

Por tudo isto, não surpreende que, logo após a criação do Conselho de Turismo e a eleição de Cabral do Nascimento como seu secretário, quando várias obras e intervenções urbanísticas se projetavam para a *capital-porto* da ilha, o conflito estalasse entre o Diretor do ADF e a maioria dos membros do Conselho, afastando Nascimento dos seus pares e agravando a situação de algum isolamento público, que nos últimos anos vinha sendo agudizada pelas sucessivas polémicas em que se envolveu contra figuras e instituições detentoras de poder no meio insular. Conflitos que justamente decorreram do facto de Nascimento não abdicar: (1) nem da defesa do rigor na pesquisa historiográfica, como aconteceu em junho de 1934⁶¹, quando se bateu, nas páginas do *Diário de Notícias*, com o cónego Homem de Gouveia, a respeito da identidade da figura histórica a que se reportava a pedra tumular exposta no Museu Regional e que fora retirada da igreja da Madalena do Mar; (2) nem da salvaguarda do património histórico e cultural do arquipélago, como se verificou quer na luta que travou com a Igreja para que, cumprindo a lei, os registos paroquiais fossem transferidos para o ADF, quer na discórdia com a JGDAF, a Santa Casa da Misericórdia e a Delegação de Turismo da Madeira, relativamente à decisão de dismantelar a capela de Santa Isabel, em suposto benefício do embelezamento modernizador da cidade e da construção das novas instalações da Junta.

⁶¹ Ver, *supra*, nota 19.

Imagem 7. Caricatura de Ivo alusiva à violenta polémica sobre a pedra tumular exposta no Museu Regional, protagonizada por Cabral do Nascimento e o Cónego Homem de Gouveia, «boxeurs de peso sem medida... que fazem do "Diario de Noticias" um ring para disputa dum nicho no Museu Regional»



Fonte: IVO, 23-06-1934, «Combate a pontos... sobre um pedregulho tumular», p. 1.

Porém, antes de concluirmos acerca do impacto que todas estas disputas tiveram na história do ADF, na própria vida de Cabral do Nascimento e no que este, em virtude de todas estas experiências, poderá ter ido concebendo como História (e como um *homem com/sem história*), vejamos o modo como, desde a década anterior, o agora (mas por curto e atribulado período) secretário do Conselho de Turismo entendia a relação deste setor com a cultura e o património insulares.

Em artigo publicado a 09-08-1924 no *Diário de Notícias*, com o sugestivo (e irónico) título «Modesta tentativa de artigo sôbre o turismo», Cabral do Nascimento começa por comentar a impropriedade do termo “turismo” que, segundo ele, «em melhor português e não menos elegante, se poderia jeitosamente exprimir com a palavra excursionismo – o que concorda com os factos e não afronta demasiado a etimologia»⁶². Fazia também lembrar aos seus leitores que já no passado, «quando começaram as obras para a construção dum quiosque na Rua do Aljube, junto das paredes da igreja [Sé]», ele fora «a única pessoa que protestou contra tal atentado», apesar de, então, a sua «voz» ter encontrado «fracos ecos», perdendo-se «na geral indiferença dum meio hostil à inteligência e ao bom-gôsto», onde «muita gente teria mesmo suposto que os [s]eus protestos fossem apenas um capricho ou até uma garotice, pela pouca idade do protestante»⁶³. O posicionamento crítico de Nascimento em relação ao turismo (já adivinhado na ironia do título e no sarcasmo do comentário etimológico, denunciadores de uma certa subserviência acrítica dos seus contemporâneos relativamente aos turistas e à indústria que então se impunha hegemonicamente na Madeira) é inequívoco no resto do texto e certamente não seria do agrado dos investidores turísticos da época.

A citação é extensa, mas justificável pela clareza com que nos apresenta o posicionamento do autor quer em relação ao turismo no arquipélago, quer em relação ao património, quer em relação ao equilíbrio de forças que, em seu entender, deveria ser assegurado entre o desenvolvimento turístico e a preservação do património (ou entre o «progresso» e a conservação do «monte de ruínas» do passado, se quisermos recuperar a imagem de Walter Benjamin citada em epígrafe, que nos merecerá comentário mais desenvolvido na segunda parte do presente artigo) e entre o apoio

⁶² CABRAL, 09-08-1924, «Modesta tentativa de artigo sôbre o turismo», p. 1.

⁶³ CABRAL, 09-08-1924, «Modesta tentativa de artigo sôbre o turismo», p. 1. O texto em que denunciava o crime patrimonial causado pela instalação de um quiosque «junto da parede norte da sé Catedral, mesmo por baixo duma formosa rosácea de basalto que dá luz para a capela de Santo António» fora publicado no *Correio da Madeira*, em maio de 1923 – CABRAL, 29-05-1923, «Carta aberta Ao sr. Presidente da Comissão Executiva da Junta Geral do Funchal», p. 1.

à atividade turística e o respeito pelos sujeitos e comunidades insulares, onde as carências (também de ordem cultural e formativa) eram, em seu entender, muitas:

«Afirma a respeitável opinião pública que a Madeira oferece extraordinárias condições para servir de ponto de turismo internacional, ou seja, por outras expressões: que ela reúne os necessários encantos para atrair os nacionais e estrangeiros que se dão ao prazer, em certo instrutivo, de viajar por terras estranhas. Destas condições se inferiu que seria rendosa a indústria respectiva, e deu-se começo ao reclamo nas gazetas europeias e americanas [...] [tendo] como base os seguintes elementos:

1.º Belezas naturais muito apreciáveis.

2.º Clima uniforme; temperatura sem variações bruscas.

Para que tal clima e tais belezas possam ser devidamente apreciados, indispensável se torna, dizem, resolver quanto antes o problema das comunicações terrestres: estradas e viação acelerada. Resolvido êle, estaria garantida a indústria do turismo na Madeira, e abertas as portas da felicidade a todos quantos vivem neste chamado «rincão» da pátria portuguesa.

Querendo eu concordar, em princípio, com o largo desenvolvimento do excursionismo, porei de parte as reflexões que me sugere o contacto das moedas estrangeiras, altamente cotadas, com o depreciado escudo lusitano. Ao invés da opinião corrente, afigura-se-me esse contacto deveras nocivo á economia geral do arquipélago [...]. Por outro lado, a Madeira não tem agricultura, o que é mau, e algumas das suas indústrias, como a dos bordados, mantêm-se devido ás diferenças cambiais, o que é péssimo. Tudo isto, que á primeira vista oferece o espectáculo duma consoladora riqueza (que fácil será todavia descobrir como é fictício) mereceria um estudo documentado e extenso [...]. Pergunta-se: o clima (que aliás não é tão excelente como se pretende) e as belezas panorâmicas rurais bastarão para satisfazer ás curiosidades e exigências dum público de excursionistas civilizado e culto, como é mister desejar?

Questão profunda e complexa! Meditemos, primeiro que tudo, neste decálogo aterrador:

1.º A Madeira não tem polícia.

2.º O Funchal não tem um museu etnográfico, nem uma biblioteca *visitável*.

3.º Também não possuiu um jardim botânico.

4.º Os automóveis andam sempre com excesso de velocidade.

5.º Os raríssimos monumentos artísticos não têm sido respeitados: pelo contrário, ou são barbarizados ou demolidos.

6.º As ruas da cidade abundam em lixo.

7.º Nas ditas ruas (e mesmo nalgumas *avenidas*) não há árvores. As que caíram ou secaram não têm sido substituídas.

8.º Pelo motivo mais fútil, é costume atordoar a população com fortíssimos morteiros, ás 6 horas da manhã [...].

9.º A população [dos agregados rústicos] envenena-se com aguardente.

10.º A mania do luxo fez desaparecer os trajes regionais característicos, pelo que os campos perderam grande parte do seu interêsse.

A Associação de Turismo, que se propõe editar um livro-chamariz sôbre a Madeira, deveria antes ponderar alguns, senão todos os números acima referidos. Sem isso, creio que tudo o mais ficará prejudicado. Não é justo igualmente esquecer que *nos quoque gens sumus* e

portanto necessário se faz atender primeiramente ao bem-estar da população indígena, e só depois preconizar a visita de estrangeiros. Cingindo estas considerações á cidade, forçoso é dizer que ela não está em condições de servir a uma população avultada como é a nossa, se bem que nímiamente inculta. É certo que o incaracterístico Funchal não possui as tradições de qualquer pequena cidade, demográficamente inferior, porém trabalhada pelo decorrer da civilização. [...] Não temos sugestões históricas nem artísticas. O pouco de notável que, nesse assunto, constituía o nosso património, perdeu-se pela selvajaria dos costumes [...] Não será preferível tornar a terra, primeiro que tudo, atraente aos seus naturais e em segundo lugar chamar os peregrinos a compartilhar connosco dos seus possíveis encantos?»⁶⁴.

Seguindo a mesma linha de pensamento, João Cabral (nome com que então assinava as suas crónicas e artigos no *Diário de Notícias*), neste mesmo jornal e cerca de um ano depois (28-11-1925), retomava a crítica ao modo como, na Madeira, de modo algo subserviente, se começava a subjugar tudo (incluindo a relação com o património) aos interesses turísticos, subalternizando inclusivamente as populações locais e a sua cultura.

Com o título «Acêrca do Museu», este artigo começa por sublinhar o carácter dissonante da voz do articulista, «sempre contrário ao da maioria», para logo comentar a «provável [...] fundação, nesta cidade, dum museu regional» (o mesmo museu que, anos mais tarde, ocuparia o Palácio de São Pedro com o ADF e a Biblioteca Municipal, e onde se viria a expor a pedra tumular desencadeadora da polémica de Nascimento com o cónego Homem de Gouveia)⁶⁵. Congratulando-se com essas «notícias», logo afirma, porém, que não pode concordar com as «razões que vulgarmente v[ia] apresentadas como justificáveis daquêle simpático melhoramento», segundo as quais «a Madeira necessita[ria] de um museu regional, no dizer mais corrente e quotidiano, porque: 1.º - Possui belezas naturais apreciáveis e um clima apreciavel igualmente. 2.º - Foi visitado pelos srs. Lloyd George, Lord Birkenhead e Bernard Shaw»⁶⁶. Embora estes fossem os «motivos que v[ia] estampados nas gazetas», João Cabral não os «consider[ava] de peso», elaborando, a partir daqui, uma contra-argumentação que punha a nu (e sem evitar a provocação sarcástica) a superficialidade, incoerência e irresponsabilidade de tais justificativas:

«Ter ou não ter paisagem é de todo indiferente para a criação dum instituto como esse que se pretende agora levar a efeito. Nas salas do futuro museu, creio, não iremos apresentar aos visitantes, bem rolhados e catalogados, frasquinhos com *clima da Madeira em pó*, ou pedaços de panorama, fosseis, dentro de montras de vidro. Quanto

⁶⁴ CABRAL, 09-08-1924, «Modesta tentativa de artigo sôbre o turismo», p. 1.

⁶⁵ CABRAL, 28-11-1925, «Acêrca do Museu», p. 1.

⁶⁶ CABRAL, 28-11-1925, «Acêrca do Museu», p. 1.

a este segundo ponto haveria talvez uma solução: e era, em vez de paredes de cal, fazer construir o prédio de uma substancia transparente, de modo a que se pudessem observar as belezas naturais perfeitamente ao vivo e sem imitação. Aí fica o alvitre.

Acêrca, todavia [...] [de] individualidades de destaque, como são estas citadas obriga[rem] [...] a possuir um museu regional [...]. Será cavalheiresco, mas um pouquinho dispendioso.

O sr. Bernard Shaw, por exemplo, ha-de dispensar, pela sua parte, a impreteribilidade do museu. É um *blaguer* e da sua visita á Madeira só colheu ensejo para uma anedota picaresca. Com ele os demais visitantes (e podemos incluir na lista os nomes de Kipling, Anatole France, Mantegazza e tantos mais) ligaram-nos tanta importância que, se por acaso fazem referência á ilha, a confundem inocentemente com Taiti ou Fernando Pó.

Portanto – e sem xenofobia alguma – ousou reclamar para nós, todos madeirenses, como nacionais e residentes, a honra de termos dado motivo, pela nossa curiosidade e cultura, á fundação duma casa em cujas salas possâmos estudar e apreciar a nossa etnografia, a nossa industria, a nossa geologia, a nossa história natural, a nossa arte e ‘tutti quanti’.

Mais do que a ninguem, a nós é que isso interessa. Percorrendo as salas do museu, ao **contacto com as manifestações artísticas regionais (cujos documentos se consigam obter) é que o povo adquirirá certos conhecimentos de civilização que tanto lhe escasseiam.** A mocidade das escolas terá tudo a lucrar com a abertura do museu, como complemento do seu aprendizado de história local.

O **museu, com a biblioteca anexa, será finalmente o arquivo** onde os que se entregam, a monografias regionais, poderão colher os elementos necessários á confecção das suas obras. E assim está justificada a missão do nosso museu regional.

Mas não confundamos isto com turistas e belezas naturais. Cada coisa tem o seu lugar»⁶⁷.

Portanto, refutando o modelo de museu regional como um *gabinete de curiosidade para turista ver* que, em certa medida e com fins meramente comerciais, transformava a Madeira num produto falsificado que ludibriaria os «excursionistas» («frasquinhos com *clima da Madeira em pó*, ou pedaços de panorama, fosseis, dentro de montras de vidro»), não trazendo verdadeiramente qualquer valor para a população insular, Cabral do Nascimento (quando ainda, certamente, não se imaginava futuro diretor do ADF) imaginava o seu museu ideal como um espaço de recolha de todo o tipo de «documentos [que] se conseg[uisse]m obter» sobre «a nossa etnografia, a nossa industria, a nossa geologia, a nossa história natural, a nossa arte e *tutti quanti*»⁶⁸. Ou seja, pensava-o como um verdadeiro arquivo democrático e heterogéneo, onde fosse possível recolher e dar a conhecer, da forma mais informada possível, o que se conseguisse resgatar e conservar de mais significativo do passado e do presente do arquipélago, quer em termos de património natural, quer em termos

⁶⁷ CABRAL, 28-11-1925, «Acêrca do Museu», p. 1. Negritos nossos.

⁶⁸ CABRAL, 28-11-1925, «Acêrca do Museu», p. 1.

de património cultural. O museu regional de Cabral do Nascimento, assumia, assim, uma fundamental missão recoletora e pedagógica, devendo destinar-se, antes de tudo, a «nós, todos madeirenses, como nacionais e residentes», nomeadamente: ao «povo» (isto é, o público não especializado), que em seu entender se encontrava tão necessitado de «certos conhecimentos de civilização» e de se descobrir e/ou conhecer melhor enquanto comunidade; a «mocidade das escolas» que, em seu entender, muito lucraria «com a abertura do museu, como complemento do seu aprendizado de história local»; e, por fim, aos especialistas «que se entregam, a monografias regionais», os quais, no museu e na «biblioteca» anexa e complementar a ele, «poder[iam] colher os elementos necessários á confecção das suas obras».⁶⁹

Ora, regressando ainda aos temas que aqui nos ocupam (em primeiro lugar, o da Teoria da História em Cabral do Nascimento, central às duas partes do presente artigo; e depois, em específico neste capítulo, o dos atropelos à direção do ADF), importa sublinhar que o modelo de museu regional idealizado, em 1925, pelo futuro diretor do ADF se aproxima claramente quer do propósito e da linha editorial que orientaram a fundação da revista AHM, quer da orgânica (e respectivas instalações) que, desde 1932, Cabral do Nascimento desejou para o ADF ou, melhor, para a Biblioteca Pública e Arquivo Distrital do Funchal (BPADF), num modelo institucional também adotado em outros distritos do país, mas que não ficara contemplado no decreto fundacional do ADF de junho de 1931.

Debrucemo-nos, antes de mais, sobre a orgânica e as instalações do ADF. Inicialmente alojado no Palácio da Encarnação (a título provisório), em 1933 o ADF é deslocalizado para o Palácio de São Pedro, edifício da CMF que também acolhia o museu e a biblioteca municipais da capital da ilha⁷⁰. Na verdade, essa transferência, para além de tentar prover melhores condições para o ADF (que, mesmo em São Pedro, se sabia não serem as ideais, constituindo, por isso, uma nova sede provisória), enquadrava-se num conjunto de iniciativas encetadas desde o ano anterior, quando Francisco Franco tinha o pelouro dos museus e bibliotecas do município, e em que se estreitou a cooperação entre a CMF e o ADF. É em 1932 que o município aceita a transferência da chancela editorial da AHM para o ADF/JGADF; e é também em 1932, que se discute, se aceita e quase se oficializa a fusão do ADF com a Biblioteca Municipal

⁶⁹ CABRAL, 28-11-1925, «Acêrca do Museu», p. 1.

⁷⁰ Ver cópia de ofício de 04-05-1933, enviado por CN ao Presidente da Comissão Administrativa da JGDAF, dando conta do acordo estabelecido com a CMF, sem qualquer ilegalidade, uma vez que o «art.º 27.º do Decreto 19952» já «previa a hipótese de os Arquivos Distritais funcionarem em edifícios ou do Estado ou de qualquer das corporações administrativas» – ABM, ADFUN, Copiador de correspondência expedida (1932-1934), liv. 1, fl. 27v.

do Funchal (BMF) num novo organismo: a BPADF, em que, como no museu regional idealizado por Nascimento em 1925, a valência de um museu/arquivo de espécies várias e a de uma biblioteca pública com depósito legal se complementariam.

No relatório de 1951, submetido à IGBA no ano seguinte (isto é, quase vinte anos após a proposta de fusão do ADF com a BMF ter obtido o aval de todos os envolvidos e de a IGBA ter chegado a remeter para a Secretaria de Estado da Instrução Pública a «minuta do Decreto criando a Biblioteca Pública e Arquivo Distrital do Funchal»), Cabral do Nascimento relatava o histórico deste projeto sempre adiado, voltando a insistir na sua validade:

«Quando em 1932 foi criado este estabelecimento previu-se, no respectivo regulamento, a sua fusão com a biblioteca municipal (que seria transformada em Biblioteca Pública) aceitando-se como certa a criação oportuna dum estabelecimento que se denominaria Biblioteca Pública e Arquivo Distrital do Funchal.

Nesse propósito, o director do Arquivo Distrital solicitou então da Inspeção Geral a criação dum estabelecimento, nesta cidade, do tipo estadual-municipal sujeito a uma direcção única, beneficiando a biblioteca de todas as vantagens inerentes às instituições congéneres do Estado [...], com quadros privativos ou quadro comum e sob a direcção técnica e administrativa dum director único.

Em 3 de Dezembro de 1932, comunicou-me essa Inspeção que o Ministro da Instrução Pública, por despacho de 28 de Setembro, concordava com o parecer da Inspeção Geral no sentido de ser aceita a proposta feita pela Câmara Municipal do Funchal em 14 de Setembro e que iam ser promovidas as necessárias providências para a publicação do respectivo decreto. Dias depois, em 12 de Dezembro, essa Inspeção participava-me que a minuta do Decreto criando a Biblioteca Pública e Arquivo Distrital do Funchal e tornando extensivas a este organismo as obrigações do depósito legal, já fora remetida à Secretaria de Estado da Instrução Pública.

Apesar da concordância da Junta Geral do Distrito, da Câmara Municipal e da Inspeção Geral das Bibliotecas e Arquivos, e do despacho do Ministro da instrução, o decreto não chegou a sair e o assunto caiu no esquecimento. A razão da não insistência da minha parte [neste assunto] filiava-se na circunstância de, praticamente, a fusão estar realizada, pois a Biblioteca e o Arquivo têm funcionado no mesmo edifício, que é o Palácio de S. Pedro»⁷¹.

Acrescentava ainda que «a renovação do projecto de 1932» se mantinha viável, na medida em que «continuariam a estar de acordo as duas corporações administrativas interessadas», fundamentando, assim, a rejeição da proposta, recentemente apresentada pela JGDFAF, cujas condições, de facto, não conhecemos totalmente, mas a qual nos suscita alguma perplexidade⁷²: a proposta era a de que

⁷¹ ABM, ADFUN, Relatórios de atividade 1931-09-06/1970-01-30, pt. 58, fls. 60-60v.

⁷² ABM, ADFUN, Relatórios de atividade 1931-09-06/1970-01-30, pt. 58, fl. 60v.

o ADF fosse transferido para novas instalações (necessidade reivindicada pelo seu diretor desde 1932 e que nos últimos anos assumia maior urgência, ora porque o volume de incorporações aumentara consideravelmente, ora porque, depois do incêndio de janeiro de 1947, a consciência do risco se tornara mais alarmante), mas que essas novas instalações se situassem, precisamente, na «área ocupada pela antiga capela de Santa Isabel do edifício dessa Junta Geral»⁷³.

À partida, a estranheza suscitada por esta situação deveria incidir sobre a recusa de Cabral do Nascimento em aceitar a mudança por que sempre pugnara. Porém, o foco da nossa surpresa desvia-se para o facto de a JGDAF ter justamente escolhido essa área das suas novas instalações para acolher em definitivo o ADF. Isto, porque não ignoraria certamente que a capela de Santa Isabel (e a intervenção que nela a junta havia realizado em 1937) tinha sido o motivo desencadeador de uma outra polémica envolvendo Cabral do Nascimento e em certa medida o arquivo, cuja violência e cujo alcance o levariam a deixar o Funchal, delegando a direção do ADF (com a devida autorização superior) no seu amigo e conservador, Álvaro Manso de Sousa, e a fixar-se com a família em Lisboa, cidade onde, para além de continuar a fazer investigação arquivística, retomaria a docência e iniciaria uma regular atividade tradutória. Tanto quanto pudemos apurar, só em 1948-1949 se assistiria a um regresso de Cabral do Nascimento ao Funchal e ao ADF, na sequência de duas situações particularmente difíceis: (1) a 10-01-1947 ocorria um incêndio no Palácio de São Pedro, tendo afetado parte da documentação existente no ADF⁷⁴; e (2), entre setembro de 1947 e agosto de 1948, segundo rascunho de carta datado de 02-10-1948 (manuscrita por Cabral do Nascimento, mas com assinatura atribuída a Álvaro Manso de Sousa), o filho de Cabral do Nascimento e Maria Franco esteve doente, exigindo especiais cuidados familiares e tratamentos médicos⁷⁵.

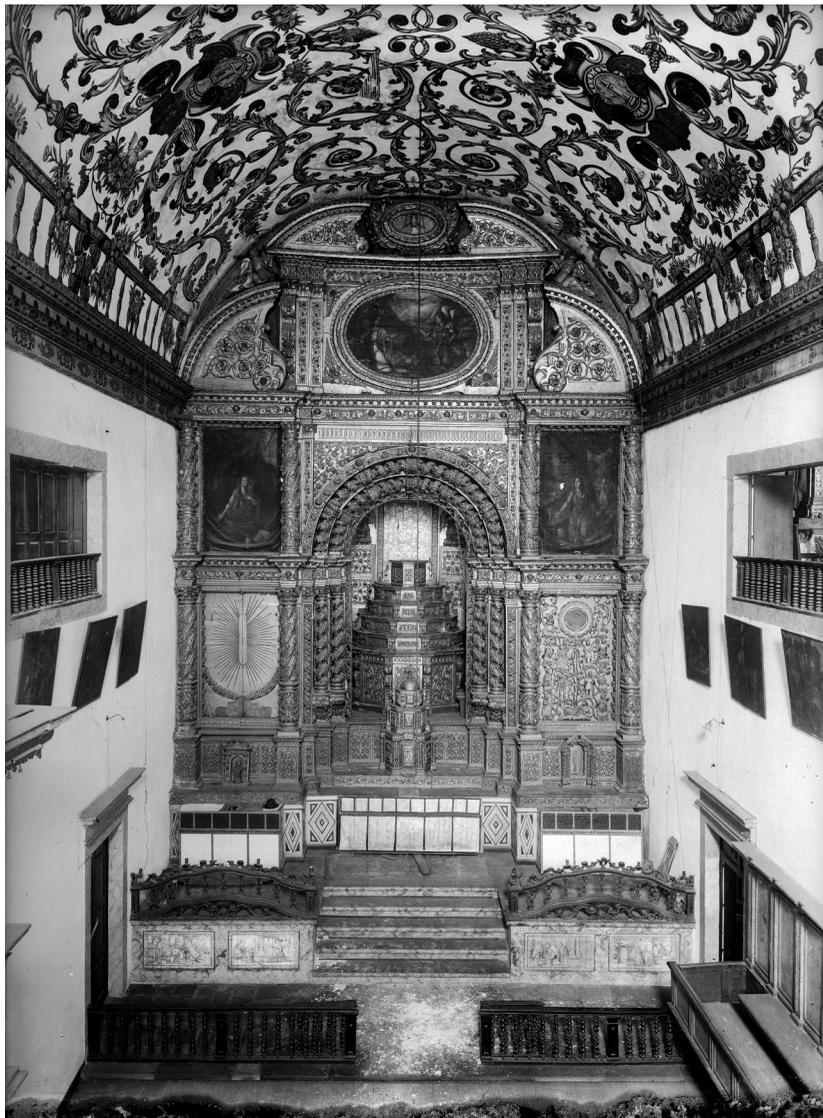
⁷³ ABM, ADFUN, Copiador de correspondência expedida (1935-1952), pt. 2, fl. 404.

⁷⁴ ABM, ADFUN, Copiador de correspondência expedida (1935-1952), pt. 2, pp. 301-303.

⁷⁵ ABM, ADFUN, Copiador de correspondência expedida (1935-1952), pt. 2, p. 292. O cruzamento de informação recolhida através da consulta da documentação do ADFUN permite-nos afirmar que CN terá deixado o Funchal com a família nos últimos meses de 1937, após ter requerido superiormente uma licença graciosa para investigação nos arquivos da Torre do Tombo, que lhe foi oficialmente concedida, através de despacho publicado no *Diário do Governo*, 2.^a série, de 16-05-1938, documento que também confirmava a delegação das competências da direção do ADF em Álvaro Manso de Sousa (AMS) que, a partir daí, passaria a assinar a maior parte da correspondência oficial do arquivo e os relatórios anuais dirigidos à IGBA, como «conservador servindo de Director». O relatório de 1937, datado de 29-01-1938, era ainda assinado por CN, que uma vez mais aí denunciava dois problemas já aqui referidos: a resistência da Igreja à entrega dos registos paroquiais ao ADF; e os problemas financeiros que punham em causa a continuidade da publicação da AHM (ABM, ADFUN, Relatórios de atividade 1931-09-06/1970-01-30, pt. 58, fl. 31-31v). Porém, o relatório de 1938, datado de 30-01-1939, já era assinado por AMS (ABM, ADFUN, Relatórios de atividade 1931-09-06/1970-01-

Imagem 8. Capela-mor e teto da capela de Santa Isabel (c. 1700), inserida no antigo Hospital da Santa Casa de Misericórdia do Funchal, que em 1937 viria a ser desmantelada, por decisão da JGADF.

Fotografia anterior a 1937



Fonte: ABM, Museu de Fotografia da Madeira – Atelier Vicente's, Perestrellos Photographos, cx. 97, n.º 5, n.º de inventário PER/550

30, pt. 58, fls. 33-34). Macedo aponta 1948 como o ano de regresso de CN ao Funchal e à direção do ADF (MACEDO, 2021, «Nota introdutória», p. xxxii), embora não precisando a data concreta, nem a(s) fonte(s) que efetivamente fundamentam a sua declaração. Até agora, não conseguimos também identificar a data precisa desse regresso e quando se oficializou a retoma da direção por CN. A documentação compulsada indicia, porém, que CN se encontrava no Funchal em 1948, ainda que AMS continuasse a assinar correspondência oficial do ADF até ao final do ano; permite-nos ainda confirmar que, entre 1949 e 1954, CN volta a assinar os relatórios de atividade do ADF (de 1948, 1949, 1950, 1951, 1952 e 1953), dirigidos à IGBA, o que nos leva a concluir com relativa certeza que, a partir de 1949, CN reassume, *de facto* e *de iure*, as funções de diretor do ADF, delegadas em AMS em 1938 (ABM, ADFUN, Relatórios de atividade 1931-09-06/1970-01-30, pt. 58, fls. 50-65).

Na verdade, em 1937, a JGDAF decidira desmantelar a capela de Santa Isabel, um imóvel classificado do século XVII⁷⁶, até então integrado no antigo Hospital da Santa Casa da Misericórdia do Funchal, que fora recentemente adquirido pela JGDAF para aí instalar a sua nova sede e proceder a diversos *melhoramentos* nessa área do centro da cidade do Funchal. Fê-lo, porém, sem auscultar o devido parecer da tutela do património nacional, mas, segundo Nascimento, com a conivência do Conselho de Turismo e com um apoio alargado da opinião pública local que, como em outras ocasiões, considerou excessivo ou até ridículo o zelo com que o sócio correspondente da Associação dos Arqueólogos Portugueses defendia, inabalavelmente e sem vacilações, aquela capela da cidade, ao ponto de recorrer a todas as instâncias superiores (quer na área da cultura, quer na do turismo) para travar a apressada destruição desse monumento. Os seus críticos não compreenderiam, certamente, o alcance da preocupação e da luta do arquivista madeirense, para quem (como veremos na parte II deste artigo), todos os documentos do passado eram, na verdade, monumentos: o benjaminiano monte de escombros que se acumulava aos pés do arquivista-historiador contemporâneo, arrastado pelo progresso, e cujo valor decorria de essas ruínas conservarem em si alguns vestígios (e respetiva aura) ainda eventualmente resgatáveis do passado.

Em ofício datado de 20-04-1937 e dirigido ao Presidente do Conselho Nacional de Turismo, relativamente ao qual estava subordinado o Conselho de Turismo da Madeira da Delegação de Turismo do distrito, o diretor do ADF (membro nato deste último conselho e dele secretário, desde a sua primeira reunião, realizada no início desse mesmo mês de abril) faz sérias acusações quanto ao comportamento dos responsáveis por aqueles órgãos e instituições, no que tocava ao processo de desmantelamento da capela de Santa Isabel:

«Considero como base fundamental da indústria do turismo a protecção às obras de arte e monumentos históricos e arqueológicos.

Ora a Junta Geral do Funchal, de cumplicidade com a Comissão da Santa Casa da Misericórdia, acaba de desmantelar o interior da capela de Santa Isabel, classificada de imóvel de interesse público pelo decreto 21611, e preparava-se para a demolir por completo quando chegou ordem de suspensão emanada da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais.

Como o art. 6º da alínea c) do art. 26980 determina que a Delegação de Turismo providenciará pela conservação dos monumentos, comuniquei hoje mesmo ao respectivo Presidente que não assistiria a mais nenhuma reunião do Conselho sem que

⁷⁶ Segundo CN, o edifício do antigo Hospital da Santa Casa da Misericórdia do Funchal datava de 1685 e a capela seria da mesma época – ABM, ADFUN, Copiador de correspondência expedida (1935-1952), pt. 2, fl. 149.

a dita Delegação promovesse as necessárias diligências para que a parte demolida da mencionada capela fôsse reposta e acatadas as disposições do decreto 20985 de 7 de Março de 1932, – tanto mais que o precedente agora aberto põe em perigo a integridade dos outros monumentos existentes na área do distrito»⁷⁷.

E em ofício de 07-06-1937, onde participava esta mesma «barbárie» ao presidente do Conselho Superior de Belas Artes, o tom da denúncia era ainda mais contundente:

«Em 1932, tendo a Junta Geral do Funchal adquirido o edifício construído em 1685, onde estava instalado o Hospital da Santa Casa da Misericórdia, logo pensou a Comissão Administrativa daquele corpo distrital em demolir [...] [a capela de Santa Isabel] [...], interessante e valioso espécimen [...].

Os motivos alegados pela entidade compradora consistiam no desejo de alargar as instalações do corpo administrativo. O atentado, porém, era tão evidente, que nesse mesmo ano foi feita uma proposta ao Ministério da Instrução, pela Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais [...] no sentido de aquela [...] ser classificada de imóvel de interesse público e ficar, portanto, a gozar das vantagens concedidas pelo dec. 20985. Assim se salvaria um curioso exemplar dos fins do século XVII interiormente revestido de talha dourada e com painéis de azulejos e extremamente notável pelo belo pórtico de cantaria trabalhada [...].

Pois, a-pesar-de tudo isto, no princípio deste ano de 1937, a actual Comissão Administrativa da Junta Geral do Funchal, de combinação com a Santa Casa da Misericórdia, e sem respeito nenhum pelas leis – e neste caso uma das mais notáveis leis do Estado Novo – começou a desmantelar o interior da capela [...], arrancando as talhas, arrancando e danificando os azulejos, com o propósito de “transferir” o imóvel para uma légua de distância da cidade, para o alto da montanha, ao lado do novo hospital da Misericórdia, construção de estilo moderno.

De nada serviram as regalias que usufruía a capela. O seu recheio precioso atravessou o Funchal em camions, mal acomodado, pedras de misturas com retábulos, numa desordem incrível. Preparavam-se a seguir para a demolição completa quando chegou um ofício do sr. Director Geral dos Monumentos, mandando repor imediatamente o que fôra destruído, sob pena de procedimento judicial. Esta ordem sensata e absolutamente justa não teve acatamento. O corpo administrativo [...] negou-se a reparar o mal que tinha feito. Em vista disso S. Ex.^a o Ministro das Obras Públicas determinou a vinda à Madeira dum arquitecto dos Monumentos Nacionais, a expensas da Junta Geral, para dirigir os trabalhos de reposição.

O sr. Presidente daquele corpo administrativo [João Abel de Freitas] tem tão pouco a noção do que seja um monumento nacional ou um imóvel de interesse público, que admite com a maior naturalidade deste mundo a transferência da capela para outro sítio. Reproduzo uma passagem da entrevista por êle concedida ao “Diário de Notícias” do Funchal e inserta em o n.º de 28 de Maio p.p.:

⁷⁷ ABM, ADFUN, Copiador de correspondência expedida (1935-1952), pt. 2, fls. 140-141.

“Lembro-me que nessa ocasião também tratei da demolição e transporte dos materiais da capela [...] do Hospital para local indicado pela Comissão Diocesana, afim de ser reconstruída tal qual se encontrava, visto tratar-se duma edificação considerada monumento nacional”. E a seguir: “Agora os eternos espíritos da contradição voltam a fazer um certo ruído sôbre esta medida que por todos os motivos se impõe, principalmente porque há necessidade de ampliar as instalações da Junta e porque, tendo saído de lá o Hospital, nada justifica a permanência da capela nesse edifício e no interior, que até por êsse motivo lhe apaga a beleza arquitectónica. Veremos como o caso se resolve...”

Estas estranhas declarações definem bem a mentalidade que preside ao primeiro corpo administrativo da Madeira e ao mesmo tempo à Delegação de Turismo, organização que [...] tem a obrigação de “contribuir para o restauro e conservação dos monumentos de valor histórico, artístico, científico [...] Com esta inovação da “transferência” de imóveis classificados por lei foram-se abaixo as garantias que cercavam os monumentos nacionais [...].

É absolutamente indispensável que se ponha còbro a êste estado de coisas, para prestígio da lei ultrajada, para segurança dos nossos monumentos. A Comissão da Junta Geral está esperançada em que o atentado se complete, movendo para isso tôdas as influências. O assunto, porque já foi discutido na imprensa local, é do conhecimento do público, e tem constituído um grande escândalo. A consumir-se tão medonha ilegalidade, a vergonha dêsse acto recairia até sôbre o govêrno que, pela sua integridade comprovada e alto patriotismo, não pode nem deve sancionar tamanha barbárie»⁷⁸.

A «esperança» da JGDAF consumou-se e Cabral do Nascimento decidiu afastar-se da Madeira e da direcção presencial do ADF, ainda que continuasse a investigar sobre o passado e o presente insulares e a tentar manter viva a AHM.

Por conseguinte, outra resposta não poderia ser dada pelo diretor do ADF, em 1952, à pergunta algo lacunar que o presidente da JGDAF lhe colocava em ofício datado de 02-05-1952. Neste, o presidente António Teixeira de Sousa, evocando uma eventual conversa pessoal e sem fazer qualquer referência ao local preciso em que a JGDAF pretendia localizar a nova sede do ADF, indagava:

«Estando a proceder-se à revisão do projecto de adaptação do edifício da Junta Geral destinado a diversos serviços, entre os quais está incluído o Arquivo Distrital e tendo V. Ex.^a informado verbalmente [leia-se oralmente] da vantagem desse Arquivo continuar a funcionar no mesmo edifício da Biblioteca, venho solicitar a confirmação do seu parecer acerca deste assunto, a fim do mesmo ser considerado da forma mais conveniente»⁷⁹.

A resposta de Cabral do Nascimento não se fez esperar e foi endereçada a António Teixeira de Sousa, logo no dia seguinte, a 03-05-1952, confirmando que:

⁷⁸ ABM, ADFUN, Copiador de correspondência expedida (1935-1952), pt. 2, fls. 149-152.

⁷⁹ ABM, ADFUN, Correspondência recebida (1952-1956), pt. 25, fl. 38.

«efectivamente discord[ava], por motivos de ordem técnica, da instalação definitiva deste Arquivo na área ocupada pela antiga capela de Santa Isabel do edifício dessa Junta Geral, e que [lhe] parec[ia] mais lógico continuar este Estabelecimento no Palácio de S. Pedro, onde ora se encontra, uma vez que, num futuro mais ou menos próximo, se lhe dê maior expansão, aproveitando-se, de acordo com a Câmara Municipal, os espaços disponíveis do prédio»⁸⁰.

E coincidência ou não, a 10-05-1952, o mesmo Cabral do Nascimento que em 1937, após toda a polémica a respeito da capela de Santa Isabel, se afastara da Madeira, dirigia ao «Senhor Inspector Superior das Bibliotecas e Arquivos» novo requerimento para uso de «trinta dias de licença graciosa», a qual lhe foi concedida oficialmente a 21-05-1952⁸¹. Álvaro Manso de Sousa falecia alguns meses depois, a 24-01-1953⁸² e a 20-01-1955, o novo conservador do ADF, António Aragão Mendes Correia (que entre 1972-1986, ocuparia o cargo de diretor do arquivo), no «Relatório dos Serviços durante o ano de 1954», informava o Inspector Superior das Bibliotecas e Arquivos de que «O Dr. João Cabral do Nascimento, que exerceu durante 24 anos o cargo de Director deste Arquivo, pediu a demissão do respectivo cargo em Outubro do ano findo»⁸³.

Quer para o Arquivo Distrital do Funchal, quer para o seu primeiro diretor vitalício (que, em 1962, afirmava a João Gaspar Simões ser *um homem sem história*), terminava uma fase particularmente complexa que terá certamente condicionado o pensamento de Cabral do Nascimento acerca do que era a História na sua relação umbilical com os arquivos e do que caracterizaria os sujeitos que, com mais ou menor mérito, merecem ser considerados figuras históricas.

Breve Ponte para a *Outra Margem*, a Parte II

Intelectual exílico, como em outro lugar tivemos oportunidade de demonstrar⁸⁴, Cabral do Nascimento apresenta uma obra muito heterogénea que não só tematiza a experiência do trânsito, da liminalidade e da fragmentariedade arquipelágica,

⁸⁰ ABM, ADFUN, Copiador de correspondência expedida (1935-1952), pt. 2, fl. 404.

⁸¹ ABM, ADFUN, Copiador de correspondência expedida (1935-1952), pt. 2, fl. 406.

⁸² ABM, ADFUN, Copiador de correspondência expedida (1953-1956), pt. 3, fl. 4.

⁸³ ABM, ADFUN, Relatórios de atividade 1931-09-06/1970-01-30, pt. 58, fl. 68a.

⁸⁴ SALGUEIRO, 2019, «Tudo o que É Sólido se Dissolve... e Recicla», pp. 103-120.

como é ela própria marcada pelas dinâmicas da tensão, da instabilidade e do contraponto que definem a condição exílica. Qual arquipélago, cada fragmento da sua obra tem vida própria, podendo ser lido *per se*, sem contudo deixar de se complementar, em diálogo mais ou menos contraditório e complementar, com as outras partes dessa unidade fragmentária e complexa.

Não se considerando um *homem de ação* (outra etiqueta que, à semelhança da de *homem com história*, levaria a longo debate), Cabral do Nascimento também não foi um teórico. O seu contributo valioso, quanto a nós, situou-se quase sempre no exercício da crítica e da autocritica, em que o discurso, quando sério e consistente, exige a experiência efetiva do que se critica e descobre.

Compreende-se, por isso, que não encontremos, entre as largas centenas de textos que nos deixou, um tratado ou um ensaio mais desenvolvido sobre a (sua) Teoria da História. Porém, tal como a água na terra molhada (imagem que, a concluir a primeira parte do presente artigo, recuperamos da epígrafe, citada de memória, com que abrimos este «O Anjo da História em Cabral do Nascimento»), consideramos que toda a sua obra é, na verdade, percorrida por uma contínua reflexão sobre a temporalidade, o seu impacto na vida humana e a inviabilidade de, no presente, suspendermos o tempo e resgatarmos/conhecemos totalmente o que foi (vai sendo) o passado. E como demonstraremos na Parte II deste artigo de fundo, há na sua bibliografia um considerável número de pequenos ensaios, crónicas, poemas, narrativas breves, etc., em que o pensamento sobre o tempo, sobre a memória e sobre a história se evidencia.

Porém, o que aqui quisemos começar por compreender e salientar foi não só a história de dois projetos a que Cabral do Nascimento (com Álvaro Manso de Sousa, sublinhe-se) se dedicou com especial intensidade (a AHM e o ADF), mas também demonstrar como nessas suas duas obras há também, subjacente a cada uma delas, um pensamento (ou, talvez melhor, um *pensar-fazendo*) sobre o que era, para si, a História.

E mesmo a terminar, em modo de ponte para a argumentação que seguiremos na Parte II de «O Anjo da História em Cabral do Nascimento», retomemos a imagem do museu (na verdade, um museu-arquivo-biblioteca) que, ainda nos anos 1920, Cabral do Nascimento imaginou para a Madeira e cujas características e objetivos não só parecem espelhar os modelos editorial e organizacional que tentou imprimir na revista e no próprio arquivo, mas também ter subjacente a sua Teoria da História.

Conhecer e dar a conhecer o passado (tarefas complementares que sempre parecem ter fascinado o diretor do ADF) implicavam não esquecer o que, logo em 1914, o jovem estudante funchalense parecia ter já intuído, ao publicar um dos seus primeiros textos de temática histórica, “Horas Vagas. Dualidades Históricas. Napoleão e Nero. A Guerra»⁸⁵: a história é sempre uma narrativa do presente sobre o passado, sujeita a manipulações e a limitações decorrentes dessa condição subjetiva e de distância; é um ir (re)fazendo/remontando interminável, a partir dos indícios ainda resgatáveis nas ruínas do que se perdeu com o tempo e do seu cruzamento com o que outros, antes ou ao lado de cada historiador, foram descortinando ao revistar o que resta.

A estrutura da *Arquivo Histórico da Madeira*, fragmentária, multidisciplinar e de reiterada atualização, quase sempre privilegiando contributos breves e empenhada na compilação, descrição e divulgação de documentação de toda a espécie (escrita, iconográfica), na sua grande maioria, dispersa em vários arquivos públicos e privados portugueses, integráveis em áreas tão díspares como a genealogia e a heráldica, a política, a administração e as instituições, a economia, a arte, as tradições e os costumes, essa orgânica – dizíamos – tornava-a o verdadeiro lugar do fazer dessa *história-arquivo* em que Nascimento parecia acreditar. A revista integrava alguns ensaios e artigos mais longos, onde se apresentavam leituras mais demoradas de documentos analisados. Porém, a regular publicação de erratas, de notas complementares ou de correção a leituras prévias⁸⁶, parece ter também subjacente a ideia modern(ist)a de que não há leituras únicas e definitivas da vida, nem no presente, nem no passado e que, por conseguinte, a História é uma edificação em constante revisão e descoberta, a partir de um permanente exercício de recomposição e revisão das ruínas/restos, muitas vezes ocultas sob o amontoado de escombros indecifráveis causado pelo progresso, até que o arquivista-historiador, na sua tarefa obsessiva e interminável, as descubra e revele.

⁸⁵ J. C., 02-11-1914, «Horas Vagas. Dualidades Históricas. Napoleão e Nero. A Guerra», p. 1.

⁸⁶ Ver, por exemplo, no volume VII, a «Nota da redacção» que, transcrevendo o «Auto do Voto (1523)» e «Auto do Milagre (1538)» (pp. 141-143), complementava o artigo «A procissão do voto» do Visconde do Porto da Cruz, publicado nas páginas anteriores (pp. 139-141) – NASCIMENTO, 1949, *Arquivo Histórico da Madeira*, vol. VII, pp. 139-141 e 141-143. Em 1951, na secção «De Rebus Pluribus», a AHM publicava também uma nota de correção ao *Elucidário Madeirense*, com o título «O pintor Nicolau Ferreira», em resultado da descoberta de nova documentação – NASCIMENTO, 1951, *Arquivo Histórico da Madeira*, vol. IX, p. 45.

Fontes e Corpora de Análise

- «A esquerda dos Democraticos. A Republica não pode ser conservadora porque não tem nada que conservar», 18-06-1925, in *Diário de Notícias*, n.º 15312, Funchal, Empresa do Diário de Notícias p. 1.
- «Apontamentos de História Insular», 05-06-1927, in *Diário de Notícias*, n.º 15883 Funchal, Empresa do Diário de Notícias, p. 1.
- Arquivo e Biblioteca da Madeira (ABM), Arquivo Distrital do Funchal, Copiador de correspondência expedida (1932-1934), liv. 1.
- ABM, Arquivo Distrital do Funchal, Copiador de correspondência expedida (1935-1952), pt. 2.
- ABM, Arquivo Distrital do Funchal, Copiador de correspondência expedida (1953-1956), pt. 3.
- ABM, Arquivo Distrital do Funchal, Correspondência recebida (1931-1937), pt. 23.
- ABM, Arquivo Distrital do Funchal, Correspondência recebida (1952-1956), pt. 25.
- ABM, Arquivo Distrital do Funchal, Relatórios de atividade 1931-09-06/1970-01-30, pt. 58.
- ABM, Museu de Fotografia da Madeira – Atelier Vicente’s, Foto Figueiras, cx. 7, n.º 17, número de inventário PHF/1051.
- ABM, Museu de Fotografia da Madeira – Atelier Vicente’s, Perestrellos Photographos, cx. 97, n.º 5, n.º de inventário PER/550.
- ABM, Museu de Fotografia da Madeira – Atelier Vicente’s, Photographia Vicente, cx. 293, n.º 14, n.º de inventário VIC/21529.
- «Associação de Turismo da Madeira», 07-05-1925, in *Diário da Madeira*, n.º 4169, Funchal, Empresa do Diário da Madeira, p. 1.
- «Bibliografia. «Apontamentos de História Insular» de João Cabral do Nascimento», 19-06-1927, in *Diário da Madeira*, n.º 4781, Funchal, Empresa do Diário da Madeira, p. 1.
- Biblioteca Nacional de Portugal (BNP), Arquivo de Cultura Portuguesa Contemporânea, Esp. N5 [Luís Amaro].
- BNP, Arquivo de Cultura Portuguesa Contemporânea, Esp. E16 [João Gaspar Simões].
- BNP, Arquivo de Cultura Portuguesa Contemporânea, Esp. N28 [João Cabral do Nascimento].
- CABRAL, João, 29-05-1923, «Carta aberta Ao sr. Presidente da Comissão Executiva da Junta Geral do Funchal», in *Correio da Madeira*, n.º 338, Funchal, Madeirense Editora Ltd.^a, p. 1.

- CABRAL, João, 15-09-1923, «O Sr. Mussolini e a propriedade familiar», in *Diário de Notícias*, n.º 14809, Funchal, Empreza do Diário de Notícias, p. 1.
- CABRAL, João, 22-09-1923, «O Bolchevismo e o Fascismo», in *Diário de Notícias*, n.º 14815, Funchal, Empreza do Diário de Notícias, p. 1.
- CABRAL, João, 22-12-1923, «À procura dum ditador», in *Diário de Notícias*, n.º 14889, Funchal, Empreza do Diário de Notícias. p. 1.
- CABRAL, João, 26-01-1924, «Nota à margem», in *Diário de Notícias*, n.º 14915, Funchal, Empreza do Diário de Notícias. p. 1.
- CABRAL, João, 02-02-1924, «Ensaio para o estudo da desnacionalização da Madeira. 1.º O Dialecto», in *Diário de Notícias*, n.º 14920, Funchal, Empreza do Diário de Notícias. p. 1.
- CABRAL, João, 09-02-1924, «Fechando o parêntesis», in *Diário de Notícias*, n.º 14924, Funchal, Empreza do Diário de Notícias. p. 1.
- CABRAL, João, 16-02-1924, «O dialecto madeirense», in *Diário de Notícias*, n.º 14930, Funchal, Empreza do Diário de Notícias. p. 1.
- CABRAL, João, 23-02-1924, «Compêndios de História», in *Diário de Notícias*, n.º 14936, Funchal, Empreza do Diário de Notícias, p. 1.
- CABRAL, João, 22-03-1924, «A História de Portugal Segundo o Espírito Moderno», in *Diário de Notícias*, n.º 14958, Funchal, Empreza do Diário de Notícias, p. 1.
- CABRAL, João, 29-03-1924, «A Versão de Zurara sobre o Descobrimento da Madeira», in *Diário de Notícias*, n.º 14963, Funchal, Empreza do Diário de Notícias, p. 1.
- CABRAL, João, 09-08-1924, «Modesta tentativa de artigo sôbre o turismo», in *Diário de Notícias*, n.º 15066, Funchal, Empreza do Diário de Notícias, p. 1.
- CABRAL, João, 30-04-1925, «Ditadura do Proletariado», in *Diário de Notícias*, n.º 15275, Funchal, Empreza do Diário de Notícias, p. 1.
- CABRAL, João, 06-05-1925, «Ditadura do Proletariado», in *Diário de Notícias*, n.º 15279, Funchal, Empreza do Diário de Notícias, p. 1.
- CABRAL, João, 28-11-1925, «Acêrca do Museu», in *Diário de Notícias*, n.º 15447, Funchal, Empreza do Diário de Notícias, p. 1.
- CABRAL, Julio, 28-06-1925, «Politica da Madeira. Carta do sr. Julio Cabral», in *Diario de Noticias*, n.º 15319, Funchal, Empreza do Diário de Notícias, p. 1.
- CABRAL, Julio, 03-07-1925, «Politica da Madeira. Carta do sr. Julio Cabral», in *Diario de Noticias*, n.º 15322, Funchal, Empreza do Diário de Notícias, p. 1.
- «Camara Municipal do Funchal. Principais Melhoramentos Realizados», 22-06-1935, in *Diário da Manhã*, n.º 438, Lisboa, Companhia Nacional Editora, pp. 20-22.

- CASTRO, Luiz Vieira, 27-01-1924, «Á Margem duma nota...», in *Jornal da Madeira*, n.º 52, Funchal, Grafica Madeirense, Ltd.ª, p. 1.
- CASTRO, Luiz Vieira de, 03-02-1924, «Resposta a um Monóculo», in *Jornal da Madeira*, n.º 58, Funchal, Grafica Madeirense, Ltd.ª, p. 1.
- «Centro Republicano Português “Dr. Afonso Costa”», 28-01-1925, in *Diário de Notícias*, n.º 15209, Funchal, Empreza do Diário de Notícias, p. 2.
- «Conselho de Turismo da Madeira. A sua primeira reunião», 07-04-1937, in *Diário de Notícias*, n.º 18728, Funchal, Empreza do Diário de Notícias, p. 1.
- «Delegado do govêrno. Tomou ontem posse deste cargo o Sr. Dr. João Cabral do Nascimento», 03-10-1924, in *Diario de Noticias*, n.º 1511, Funchal, Empreza do Diário de Notícias, p. 1.
- «Delegado do Governo no concelho do Funchal», 17-06-1925, in *Diário de Notícias*, n.º 15311, Funchal, Empreza do Diário de Notícias, p. 1.
- «Delegado do govêrno. Dr. João Cabral do Nascimento», 18-06-1925, in *Diario de Noticias*, n.º 15312, Funchal, Empreza do Diário de Notícias, p. 1.
- «Exonerações de delegados do govêrno», 17-06-1925, in *Diário de Notícias*, n.º 15311, Funchal, Empreza do Diário de Notícias, p. 1.
- «Festas Centenárias na Biblioteca Municipal. Exposição de manuscritos artisticos e antigos», 13-11-1940, in *Diario de Noticias*, n.º 20007, Funchal, Empreza do Diario de Noticias Lda., p. 1.
- «Governador Civil Dr. Valentim Pires», 17-06-1925, in *Diário de Notícias*, n.º 15311, Funchal, Empreza do Diário de Notícias, p. 1.
- HOMEM, Cónego, 15-06-1934, «A pedra tumular de Henrique Alemão», in *Diario de Noticias*, n.º 17898, Funchal, Empresa do Diário de Notícias, p. 1.
- IVO, 23-06-1934, «Combate a pontos... sobre um pedregulho tumular», in *Re-Nhau-Nhau. Trimensário Humorístico*, n.º 155, p. 1.
- J. C., 02-11-1914, «Horas Vagas. Dualidades Históricas. Napoleão e Nero. A Guerra», in *Diario da Madeira*, n.º 1022, Funchal, Empreza do «Diário da Madeira», p. 1.
- J.C.D.N., 06-06-1934, «Não é de Henrique Alemão a lage tumular exposta, como tal, no átrio do Palácio de São Pedro», in *Diario de Noticias*, n.º 17892, Funchal, Empresa do Diário de Notícias, pp. 1 e 4.
- J.C.D.N., 12-06-1934, «A Pedra Tumular de João Rodrigues da Madalena II», in *Diário de Notícias*, n.º 17895, Funchal, Empresa do Diário de Notícias, pp. 1 e 4.
- J.C.D.N., 16-06-1934, «A Pedra Tumular de João Rodrigues da Madalena III», in *Diário de Notícias*, n.º 17899, Funchal, Empresa do Diário de Notícias, pp. 1 e 4.

- J.C.D.N., 21-06-1934, «A pedra sepulcral de João Rodrigues da Madalena e outros assuntos vindos a lume», in *Diário de Notícias*, n.º 17903, Funchal, Empresa do Diário de Notícias, pp. 1 e 2.
- L. V. de C., 06-02-1924, «Ponto Final», in *Jornal da Madeira*, n.º 60, Funchal, Gráfica Madeirense Ltd.ª, p. 1.
- Ministério do Interior, Conselho Nacional de Turismo, 05-09-1936, «Decreto-lei n.º 26:980», in *Diário do Governo*, I.ª Série, n.º 209, Lisboa, pp. 1069-1072.
- «Não concordamos. Registos paroquiais devem permanecer nas paróquias. É a resposta a dar ao ofício dirigido ao sr. governador civil do Funchal», 30-01-1924, in *Jornal da Madeira*, n.º 54, Funchal, Gráfica Madeirense, Ltd.ª, p. 1.
- NASCIMENTO, Cabral do, 26-01-1927, «Introdução a um Livro de História», in *Diário de Notícias*, n.º 15782, Funchal, Empresa do Diário de Notícias, p. 1.
- NASCIMENTO, Cabral do, 16-02-1927, «O Livro 2.º das “Saudades da Terra”. I. Esboço de uma introdução ao seu estudo», in *Diário de Notícias*, n.º 15798, Funchal, Empresa do Diário de Notícias, p. 1.
- NASCIMENTO, João Cabral do, 05-02-1924, «Resposta á Letra», in *Diário de Notícias*, n.º 14921, Funchal, Empresa do Diário de Notícias, p. 1.
- NASCIMENTO, João Cabral, 07-10-1927, «A Moda das Biografias», in *Diário de Notícias*, n.º 15980, Funchal, Empresa do Diário de Notícias, p. 1.
- NASCIMENTO, João Cabral do, 1927, *Apontamentos de História Insular*, Coimbra, Atlântida.
- NASCIMENTO, João Cabral do (dir.), 1931, *Arquivo Histórico da Madeira*, vol. I, Funchal, Câmara Municipal do Funchal.
- NASCIMENTO, João Cabral do, 1931, «De Rebus Pluribus», in *Arquivo Histórico da Madeira*, vol. I, p. 48.
- NASCIMENTO, João Cabral do (dir.), 1932, *Arquivo Histórico da Madeira*, vol. II, Funchal, Arquivo Distrital do Funchal.
- NASCIMENTO, João Cabral do (dir.), 1933, *Arquivo Histórico da Madeira*, vol. III, Funchal, Junta Geral Autónoma do Distrito [sic].
- NASCIMENTO, João Cabral do, 1933, «De Rebus Pluribus», in *Arquivo Histórico da Madeira*, vol. III, pp. 63-64.
- NASCIMENTO, João Cabral do (dir.), 1934-35, *Arquivo Histórico da Madeira*, vol. IV, Funchal, s.n.
- NASCIMENTO, João Cabral do (dir.), 1937, *Arquivo Histórico da Madeira*, vol. V, Funchal, s.n.

- NASCIMENTO, João Cabral do (dir.), 1939, *Arquivo Histórico da Madeira*, vol. VI, Funchal, Câmara Municipal do Funchal.
- NASCIMENTO, João Cabral do (transcrição, prefácio e notas), 1940, *A Restauração de Portugal e o Convento da Encarnação*, Funchal, Arquivo Histórico do Funchal e Câmara Municipal do Funchal.
- NASCIMENTO, João Cabral do (dir.), 1949, *Arquivo Histórico da Madeira*, vol. VII, Funchal, Câmara Municipal do Funchal.
- NASCIMENTO, João Cabral do (transcrição, introduções e notas), 1949, *Os Pedreiros-Livres na Inquisição e Corografia Insulana*, Funchal, Arquivo Histórico do Funchal e Câmara Municipal do Funchal.
- NASCIMENTO, João Cabral do (dir.), 1950, *Arquivo Histórico da Madeira*, vol. VIII, Funchal, Câmara Municipal do Funchal.
- NASCIMENTO, João Cabral do (dir.), 1951, *Arquivo Histórico da Madeira*, vol. IX, Funchal, Câmara Municipal do Funchal.
- NASCIMENTO, João Cabral do, 1951, «Vigésimo Aniversário», in *Arquivo Histórico da Madeira*, vol. IX, pp. 5-9.
- NASCIMENTO, João Cabral do, 2012, *Coleção da Correspondência Oficial de João Cabral do Nascimento, Diretor do Arquivo Distrital do Funchal*, edição, introdução, seleção e notas de L. S. Ascensão Macedo, Funchal, SRCT/ARM.
- «Novo Governador Civil do Funchal. A posse do sr. Antonio Rodrigues Leitão», 23-12-1924, in *Diário de Notícias*, n.º 15178, Funchal, Empresa do Diário de Notícias, p. 1.
- «O Arquivo Distrital. Um Novo Serviço Público Criado na Madeira. Uma entrevista com o seu director, Sr. dr. João Cabral do Nascimento», 22-06-1932, in *O Jornal*, n.º 38, Funchal, Madeirense Editora, Ltd.^a, pp. 1-2.
- RAMON e IVO, 07-07-1931, «Nas Garras do Re-Nhau-Nhau», in *Re-Nhau-Nhau. Trimensário Humorístico*, n.º 53, Funchal: s.n., p. 8.
- «Sociedade Histórica da Independência de Portugal», 09-11-1927, in *Diário da Madeira*, n.º 4898, Funchal, Empresa do Diário da Madeira, p. 1.
- VARELA, José, 01-07-1925, «Política da Madeira. Carta do Dr. José Varela», in *Diário de Notícias*, n.º 15320, Empresa do Diário de Notícias, p. 1.

Bibliografia

- Anónimo, s.d., «Governo de Alfredo Rodrigues Gaspar. 1924», in MALTEZ, José Adelino (dir.) *POLITIPÉDIA – Enciclopédia Política Portuguesa*, disponível em <https://politipedia.pt/governo-de-alfredo-rodrigues-gaspar-1924/>, consultado em 18-10-2023.
- BENJAMIN, Walter, 2010, «Sobre o Conceito da História», *O Anjo da História*, ed. e trad. João Barrento, Lisboa, Assírio & Alvim, pp. 9-20.
- BUESCU, Helena, 2005, «Introdução – Modernidade, Fronteira, Cristalização», in *Cristalizações: Fronteiras da Modernidade*, Lisboa, Relógio D'Água, pp. 21-44.
- CASTAGNA, Vanessa, 2009, *Voz de muitas vozes: Cabral do Nascimento, tradutor*, Lisboa, Principia.
- CASTAGNA, Vanessa, 2013, «Tradução e Censura durante o Estado Novo sob o Paradigma Pragmático de Cabral do Nascimento», in *Rassegna Iberistica*, n.º 98, pp. 79-90.
- GIL, Isabel Capelo, 2009, «Paisagens em Ruínas. A Modernidade Distópica no Cinema Americano do Pós-Guerra», in SILVA, Maria de Fátima (coord.) *Utopias & Distopias*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, pp. 247-262.
- JAMESON, Fredric, 1991, *Postmodernism, or, the Cultural Logic of Late Capitalism*, Durham/New York, Duke University Press.
- MACEDO, L. S. Ascensão, 2021, «Nota Introdutória», in NASCIMENTO, João Cabral, *Coleção da Correspondência Oficial de João Cabral do Nascimento, Diretor do Arquivo Distrital do Funchal*, edição, introdução, seleção e notas de L. S. Ascensão Macedo, Funchal, SRCT/ARM, pp. i-xxxvi.
- RODRIGUES, Paulo Miguel, 2015, «Cabral do Nascimento – aspectos do seu pensamento político», in SALGUEIRO, Ana e RODRIGUES, Paulo Miguel (coord.), *Cabral do Nascimento. Escrever o Mundo por detrás de um Monóculo e a partir de um Farol*, vol. I, Funchal, Imprensa Académica, pp. 42-72.
- SALGUEIRO, Ana, 2015, «Cabral do Nascimento, ficcionista policial. Propaganda anti-republicana, desdobramento autoral e questionação dos valores da Modernidade», in SALGUEIRO, Ana e RODRIGUES, Paulo Miguel (coord.), *Cabral do Nascimento. Escrever o Mundo por detrás de um Monóculo e a partir de um Farol*, vol. II (ebook), Funchal, Imprensa Académica.

- SALGUEIRO, Ana, 2015, «Estranho para um Outro-eu: a Madeira enquanto espaço identitário luso-britânico na obra de Cabral do Nascimento», in SALGUEIRO, Ana e RODRIGUES, Paulo Miguel (coord.), *Cabral do Nascimento. Escrever o Mundo por detrás de um Monóculo e a partir de um Farol*, vol. II (ebook), Funchal, Imprensa Académica.
- SALGUEIRO, Ana, 2015, «Notícias de um Folhetim Moderno (1916-1918): Experimentalismo de uma Escrita em Rede. «Novela Romântica e Burlesca de Cinco Artistas Vagabundos», in SALGUEIRO, Ana e RODRIGUES, Paulo Miguel (coord.), *Cabral do Nascimento. Escrever o Mundo por detrás de um Monóculo e a partir de um Farol*, vol. I, Funchal, Imprensa Académica, pp. 73-82.
- SALGUEIRO, Ana, 2015, «Uma ilha *Além-Mar* ou a nostalgia do Paraíso Perdido em Cabral do Nascimento», in SALGUEIRO, Ana e RODRIGUES, Paulo Miguel (coord.), *Cabral do Nascimento. Escrever o Mundo por detrás de um Monóculo e a partir de um Farol*, vol. II (ebook), Funchal, Imprensa Académica.
- SALGUEIRO, Ana, 2019, «Tudo o que É Sólido se Dissolve... e Recicla. A Vertigem da Tradição e do Arquipélago em Modernidades Lusófonas Insulares», in *TRANSLOCAL. Culturas Contemporâneas Locais e Urbanas | Modernidade(s), Modernismo(s)*, n.º 2, pp. 103-120.
- SALGUEIRO, Ana, 2020, «Nascimento, João Cabral», in *Aprender Madeira*, disponível em <https://aprendermadeira.net/article/nascimento-joao-cabral-do>, consultado em 20-07-2023.
- SALGUEIRO, Ana, 2022, «*Fábulas* de Cabral do Nascimento. Uma voz poética em 'zoom' e ainda à escuta do mundo», in NASCIMENTO, Cabral do, *Fábulas*, Funchal, Imprensa Académica, pp. 100-131.
- SALGUEIRO, Ana, 2022, «João Cabral do Nascimento: um Autor Contemporâneo Apagado de um Certo Retrato de Família», *Pessoa Plural – A Journal of Fernando Pessoa Studies*, n.º 22 (Special Issue), pp. 254-310.
- SALGUEIRO, Ana e RODRIGUES, Paulo Miguel (coord.), 2015, *Cabral do Nascimento. Escrever o Mundo por detrás de um Monóculo e a partir de um Farol*, vol. II (ebook), Funchal, Imprensa Académica.
- SALGUEIRO RODRIGUES, Ana, 2009, «Cabral do Nascimento tradutor: um intelectual entre a «vilzinha pobre» e a «biblioteca» do mundo», in *Estudos do Século XX*, n.º 9, pp. 171-194.